



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM/RS
CURSO DE GEOGRAFIA/LICENCIATURA**

DIONE FÁTIMA GRZYBOVSKI

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PAISAGEM E
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**

ERECHIM

2019

DIONE FÁTIMA GRZYBOVSKI

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PAISAGEM E
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**

Trabalho de conclusão do curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Geografia Universidade Federal da
Fronteira Sul

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo José de Souza

ERECHIM

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Grzybovski, Dione Fátima
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PAISAGEM
E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS / Dione Fátima
Grzybovski. -- 2019.
64 f.

Orientador: Doutor Reginaldo José de Souza.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia-Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. Paisagem. 2. Espaço Geográfico. 3. Desigualdade
Sociospacial. 4. Políticas Públicas. 5. Natureza. I.
Souza, Reginaldo José de, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DIÔNE FÁTIMA GRZIBOVSKY

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PAISAGEM E
DESIGUALDADE SOCIOECONOMICA.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau
de Licenciado em Geografia da Universidade
Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no
dia 20 de novembro de 2019.

Banca examinadora:

:


Prof. Dr. Reginaldo José de Souza


Profa. Dra. Paula Vanessa de Faria Lindo


Prof. Dr. Igor de França Catalão.

Dedico este trabalho aos meus netos Adrian e
Julia por representarem a continuidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Alexandre (*in memoriam*) e Otília, pela oportunidade da vida, pois sem ela, nada seria possível!

Agradeço à minha família de origem e minha família atual, pelos laços que nos unem!

Agradeço ao Universo, pela oportunidade de regressar à vida acadêmica!

Agradeço cada professor(a), pelas contribuições para minha formação!

Agradeço aos técnicos da UFFS, pela prestimosidade!

Agradeço todo(a)s o(a)s colegas, pela solidariedade e trocas de experiências!

Agradeço ao Prof. Reginaldo José de Souza, pela dedicação, coragem e paciência em me orientar, pois foram muitos aprendizados!

Agradeço todas as pessoas com as quais convivi através da UFFS envolvida em projetos de pesquisa, ensino e extensão, pelas experiências que muito me agregaram!

Enfim, agradecer a cada pessoa com as quais mantenho algum laço, pois só assim somos fortaleza!

*“Em cada um de nós há um segredo, uma paisagem interior com planícies invioláveis,
vales de silêncio e paraísos secretos”. Antoine de Saint-Exupéry*

RESUMO

Neste trabalho nos propusemos a refletir sobre o conceito de paisagem e sua relação com as desigualdades sociais manifestadas no espaço geográfico, buscando responder se a paisagem pode ser uma categoria de análise que permite melhor compreender a geografia da desigualdade socioeconômica e possíveis soluções para este problema. Assim, o objetivo geral tem como centralidade valorizar a paisagem como categoria de análise geográfica para adentrar no debate sobre as consequências de uma dura realidade no Brasil (a concentração de renda). Buscando construir esse cenário sobre a carga política da paisagem e especificidades do debate sobre a exclusão social, suas escalas de manifestações e representações e a questão social potencializada pelos problemas ambientais, então, tomamos como objetivos específicos os seguintes: debater as diferentes perspectivas de paisagem na geografia de modo geral; compreender a desigualdade socioeconômica como um processo complexo relacionado com o debate sobre as ações do poder público em suas diferentes escalas; relacionar as desigualdades socioeconômicas com a questão da presença da natureza nas cidades e as consequências disso para os economicamente excluídos. Pesquisa bibliográfica de cunho teórico, teve como meta fazer a reflexão entre os conceitos de paisagem e exclusão social para fundamentar a paisagem como uma categoria política na geografia baseada nos seguintes autores: Bertrand (2009), Besse (2014), Verdum (2012), Vitte (2007), Lindo (2011), Maricato (1995), Souza (2012) e Swyngedouw (2009). Os resultados apontam sobre a importância de pensarmos a categoria paisagem na Geografia para além da aparência e do estático, ou seja, pensar a paisagem também sob o ponto de vista político, problematizando os indicadores de pobreza da população que habitualmente se encontra nas cidades, habitualmente adensada na periferia ocupando áreas degradadas (impróprias para a ocupação humana), bem como em muitos casos se percebe a total ausência de paisagem.

Palavras-chave: Paisagem. Espaço Geográfico. Desigualdade Sociespacial. Políticas Públicas. Natureza.

ABSTRACT

In this paper we set out to reflect about the concept of landscape and its relation with the social inequalities manifested in the geographical space, trying to answer if the landscape can be a category of analysis which allows a better understanding of the geography of socioeconomic inequality and possible solutions to this problem. Thus, the general objective is to value the landscape as a category of geographic analysis for the debate about the consequences of a harsh reality in Brazil (income concentration). Seeking to build this scenario on the political burden of the landscape and specifics of the debate on social exclusion, their scales of manifestations and representations and the social issue potentiated by environmental problems, so we take as specific objectives this research: discuss the different landscape perspectives in geography; understand the socioeconomic inequality as a complex process related to the debate about the actions of the public power in its different scales; relate socioeconomic inequalities with the issue of the presence of nature in cities and its consequences for the economically excluded people. The bibliographic search, aimed to reflect on the concepts of landscape and social exclusion to ground landscape as a political category in geography based on the following authors: Bertrand (2009), Besse (2014), Verdum (2012), Vitte (2007), Lindo (2011), Maricato (1995), Souza (2012) e and Swyngedouw (2009). The results point to the importance of think about the landscape category in geography beyond its appearance, that is, to think the landscape also from the political point of view, problematizing the poverty indicators of urban citizens, especially people located in the urban periphery, degraded areas (unfit for human occupation), as well as in many cases the total absence of landscape is perceived.

Keywords: Landscape. Geographical Space. Sociospacial Inequality. Public Policy. Nature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DA PAISAGEM.....	13
1.1. Notas introdutórias	13
1.2. Paisagem e Geografia.....	13
1.3. Algumas considerações	28
CAPÍTULO II: AS DESIGUALDADES E SUAS MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS	30
2.1. Notas introdutórias.....	30
2.2. Desigualdades socioeconômicas e suas manifestações espaciais.....	30
2.3. Algumas considerações	43
CAPÍTULO III: A PAISAGEM NA/DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL.....	45
3.1. Notas introdutórias.....	45
3.2. Desigualdade socioeconômica e paisagem.....	45
3.3. Algumas considerações	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

A geografia vem se mostrando cada vez mais como uma ciência essencialmente dinâmica em virtude da amplitude do campo de análises, definição do objeto de investigação, aprofundamento metodológico e desenvolvimento/introdução de técnicas, buscando construir novos conhecimentos.

A paisagem, um conceito muito antigo, bastante difundido, nem sempre bem compreendido, cada vez mais vem despertando o interesse da pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Na geografia, entendemos que a possível incompreensão do conceito de paisagem se encontra diretamente relacionada ao processo histórico de sua constituição enquanto ciência, que envolveu uma diversidade de correntes teóricas, entretanto, nos dias atuais seu estudo vem construindo uma trajetória interessante e chamando a atenção cada vez mais.

Durante longa data, a geografia física abordava a paisagem considerando os elementos visíveis, observando forma e função aliadas à ocupação humana nos diferentes espaços e tempos. Em tempos mais recentes, enquanto uma materialidade dos elementos visíveis. Nesse contexto, a paisagem foi um conceito muito fechado, embora se reconheça sua origem associada ao mundo das artes.

Na geografia, ela compareceu com uma carga objetiva diretamente relacionada com a terra: *landschaft* (alemão), *landscape* (inglês), *landchip* (holandês), *paysage* (francês), *paesaggio* (italiano) todas traduções que remetem à terra ou ao país. Para completar, a noção de que paisagem é tudo aquilo alcançado num lance de vista sobre o território.

Este tipo de perspectiva é que permitiria a geografia física buscar entender a paisagem como um retrato de dinâmicas entre natureza e ações humanas, um objeto de estudo geográfico, um dado geoecológico da pesquisa.

Entretanto, em tempos mais recentes, a geografia humana se preocupou em analisar os elementos considerando também as subjetividades, ou seja, analisar a paisagem considerando os demais sentidos como olfato, tato, paladar e audição.

Assim, temos que concordar que a abordagem sobre a paisagem na geografia se apresenta oferecendo uma diversidade de possibilidades buscando uma análise mais flexível.

Embora no decorrer da minha formação apresentei um projeto de trabalho de conclusão de curso num outro viés, me percebi em conflito com o que havia planejado, decidi rompê-lo e me abrir a outras possibilidades.

Assim, ao dialogar com meu orientador sobre o que fazer, me abri à novas perspectivas e desafios e assim surge a ideia de refletir a respeito da paisagem, mas, não de maneira a tratar o conceito pelo conceito. Houve o intuito de tentar entender a dimensão mais humana e, talvez, política da paisagem.

Após a leitura dos primeiros referenciais bibliográficos, percebi que estava me encantando e decidi seguir em frente.

Desta maneira, percebo que o estudo da paisagem é muito mais amplo que meu imaginário, despertando assim o interesse pela continuidade de investigações e ampliar nossa compreensão.

Considerando a diversidade de produções científicas que se apresentam na geografia abordando a temática da paisagem, neste trabalho nos propusemos a buscar responder se a paisagem pode ser uma categoria de análise que permite melhor compreender a geografia da desigualdade socioeconômica e possíveis soluções para este problema.

Assim, o objetivo geral tem como centralidade valorizar a paisagem como categoria de análise geográfica para adentrar no debate sobre as consequências de uma dura realidade no Brasil (a concentração de renda).

Buscando construir esse cenário sobre a carga política da paisagem e especificidades do debate sobre a exclusão social, suas escalas de manifestações e representações e a questão social potencializada pelos problemas ambientais, então, tomamos como objetivos específicos os seguintes:

Debater as diferentes perspectivas de paisagem na geografia de modo geral;

Compreender a desigualdade socioeconômica como um processo complexo relacionado com o debate sobre as ações do poder público e suas diferentes escalas;

Relacionar as desigualdades socioeconômicas com a questão da presença da natureza nas cidades e as consequências disso para os economicamente excluídos.

O leitor notará que cada um desses objetivos específicos se tornou um capítulo no decorrer do trabalho, sendo que no capítulo I são elaboradas as abordagens geográficas da paisagem; no capítulo II trata sobre as desigualdades e suas manifestações espaciais e no

capítulo III tratamos sobre a paisagem na/da desigualdade socioespaciais. Nossa pesquisa é de cunho teórico e, assim, não tivemos um trabalho que ultrapassou a esfera das leituras, colóquios, reflexões e escrita. Este foi o nosso procedimento de investigação.

CAPÍTULO I: ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DA PAISAGEM

1.1. Notas introdutórias

O capítulo foi organizado com o objetivo de apresentar algumas considerações a respeito da paisagem buscando compreendê-la em suas dimensões objetivas e subjetivas.

A geografia enquanto ciência se constituiu através de diversas correntes epistemológicas e isto interferiu na definição do conceito de paisagem enquanto uma categoria geográfica.

Embora a paisagem na geografia seja considerada como um tema bastante atual e em crescente processo de investigações, sempre esteve presente envolvendo outras terminologias e/ou conotações. Entretanto, nos dias atuais ainda se apresenta como um conceito confuso e muitas vezes mal interpretado, fato que podemos compreender dado a diversidade de correntes epistemológicas que envolvem o processo histórico da geografia.

Durante longa data a geografia procurou analisar o conceito de paisagem através da sua forma e função, ou seja, analisar a relação da sociedade com a natureza de acordo com sua cultura e técnica.

Até então a maioria das correntes geográficas concebiam a paisagem enquanto um objeto, entretanto, ela também pode ser concebida de forma subjetiva, ou seja, através dos aspectos sensíveis que envolvem o ser humano.

Na medida em que a sociedade, cada qual com sua cultura, em diferentes espaços e tempos e apropriando-se de diferentes técnicas interfere na natureza em benefício próprio, mudanças radicais muitas vezes são observadas e são percebidas de diferentes formas pelo ser humano.

Partimos do pressuposto de que a análise da paisagem exige uma abordagem mais ampla e flexível, este capítulo versará sobre esse campo de discussão.

1.2. Paisagem e Geografia

A Geografia passou por um longo processo histórico até ser reconhecida como ciência acadêmica. Assim, ao dialogarmos sobre o conceito de paisagem na Geografia, torna-se um assunto um tanto complexo, pois permite variadas significações, dependendo dos olhos de quem a vê.

Buscando construir o entendimento sobre o conceito de paisagem sob o enfoque da ciência geográfica, apoiamo-nos em teóricos que dialogam sobre a temática numa

perspectiva mais atual, tais como Bertrand (2009), Besse (2014), Verdum (2012) e Vitte (2007).

Ao dialogarmos sobre a paisagem, Vitte (2007) lembra-nos da importância de refletirmos sobre as bases teóricas que fundamentam o conhecimento geográfico na atualidade, bem como sua inserção e problematização nas ciências sociais, envolvendo a natureza e a cultura. Sob uma abordagem geográfica, a paisagem pode ser compreendida enquanto uma categoria social, uma vez que é construída coletivamente dentro de um processo histórico de uma cultura que se apropria da natureza presente num determinado espaço e a transforma de acordo com seus interesses (pontos de vista) e técnicas, tornando-se assim numa representação de uma determinada sociedade (2007, p. 71).

A paisagem dentro dos estudos geográficos historicamente é considerada como um conceito polêmico e muitas vezes mal compreendido devido a vários fatores, entre eles, podemos citar o processo histórico da constituição da geografia enquanto uma ciência, envolvendo variadas correntes epistemológicas, cada qual em seu tempo e cultura, tal qual Vitte (2007, p. 72) nos apresenta:

Isso significa dizer que uma discussão sobre a categoria paisagem remete-nos ao processo de institucionalização da geografia como ciência, ciência essa que elege a superfície da terra em seus aspectos físicos e humanos como campo de estudo. Assim, o objetivo da geografia seria o de produzir uma imagem sintética da Terra (GOMES, 1996), na qual a cultura e a natureza formariam um conjunto integrado, articulado e espacialmente diferenciados na superfície do planeta. Estes conjuntos poderiam ser caracterizados como sendo paisagens, regiões ou lugares, cada qual com uma *personalidade*.

O termo ‘paisagem’, segundo Bertrand (2009, p. 33), em um contexto de reflexão crítica sobre o uso do conceito de paisagem e pesquisas geográficas entre finais dos anos 1960 e início da década de 1990, era pouco usado e oferecia uma conotação imprecisa, habitualmente referindo-se ao termo “meio”, portador de outro significado. O autor considera ser um problema de ordem epistemológica, pois “[...] o conceito de ‘paisagem’ ficou quase estranho à geografia física moderna e não tem suscitado nenhum estudo adequado”.

Segundo Vitte, a constituição terminológica da paisagem origina-se em meados do século XVI relacionada ao conceito de país, atribuindo assim “[...] o sentido de região, território, nação”, considerando que:

Em hebraico, o vocábulo *nofl* (paisagem) está relacionado com *yafe*, que significa algo maravilhoso, aparecendo pela primeira vez no Livro dos Salmos (48:2). Na língua inglesa, o termo *Landscape* (paisagem) é derivado de *landscip* que surgiu no século XVI, dizendo respeito a organização dos campos, enquanto que *scenary* significa cenário, panorama. Em holandês escreve-se *landschap*, originado do vocábulo germânico *landschaft*, que significa uma unidade de ocupação humana, uma jurisdição (CHRISTOFOLETTI *et al apud* VITTE, 2007, P. 72).

Considerando a paisagem em sua constituição etimológica, Vitte chama atenção quanto a sua conotação relativa a espaço designado pela terminologia *land*, permitindo desta forma sua caracterização enquanto:

[...] uma estética-fenomenológica, na qual a paisagem corresponde a uma aparência e uma representação; um arranjo dos objetos visíveis pelo sujeito por meio de seus próprios filtros. Uma outra conotação pode ser caracterizada como geopolítica, designando uma unidade territorial onde se desenvolve a vida de pequenas comunidades humanas.

Uma outra perspectiva na temática da paisagem refere-se à sua origem mitológica. (VITTE, 2007, p. 72)

Bertrand, em sua obra “Uma geografia transversal e de travessia: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades” vai argumentar sobre os “[...] quatro grandes conceitos ou noções [...]” que orientam sua pesquisa, incluindo a paisagem e caracterizando-a como “[...] a irrupção do sensível no campo do meio ambiente [...]” (2009, p. 26).

Ao introduzir a primeira parte da obra intitulada “O geosistema (re)construir uma geografia naturalista” Bertrand argumenta que adentrarmos à geografia através das paisagens, momento em que para compreendê-la na sua profundidade e beleza, precisamos analisar e interpretar sua forma e funcionamento, revelando-nos que:

[...] percebemos nossa incapacidade para apreender o meio natural, não somente em alguns de seus componentes (vegetação, solo), mas, sobretudo, na sua globalidade”. Em particular, o impacto, o impacto humano sobre as paisagens, no entanto evidente sobre o terreno, nos escaparia, como pertencendo a um outro modo de conhecimento e, sobretudo, de pensamento. O inesgotável debate natureza-sociedade está, pois, colocado, desde o início, em termos de práticas geográficas, bem antes que ele não seja questão de análise integrada do meio natural, do ecossistema e do meio ambiente. [...] nós sabíamos já, graças a algumas raras vozes isoladas, como a de um Maximiliano Sorre ou de um Henri Gaissen, que o meio geográfico era um todo, que a natureza não era muito natural e que a sociedade, como a natureza, comportava uma parte de biológico. Para nós, a paisagem, até a mais banal exprimia já esta complexidade. (BERTRAND, 2009, p. 29)

Sob a análise de Verdum (2012), a concepção científica de paisagem difere ao longo do tempo, destacando que a mesma quando analisada sob uma ótica artística e da relação sociedade e natureza, se define:

a) Como imagem que representa a vista de um recorte espacial [...] expressa elementos associados à natureza e a vida do cotidiano da(s) sociedade(s) humana(s); neste sentido a paisagem seria a soma de muitos olhares e não só de um ponto de vista

b) Como porção da superfície terrestre, em seu conjunto, sendo o produto de uma área modificada pelas forças geológicas/geomorfológicas, com significado objetivo, na busca de compreender a origem da forma, da estrutura e da funcionalidade associadas a um número específico de elementos da natureza. (VERDUM, 2012, p. 15-16)

Com a constituição da ciência geográfica em meados do século XIX, a paisagem passa a ser concebida pelas suas formas, momento em que os geógrafos passam a analisar os

elementos que a compõem, adotando assim um sistema de classificação (VERDUM, 2012, p. 16).

Verdum (2012, p. 16) chama a atenção para a importância de se considerar os elementos que compõem uma determinada paisagem, podendo assim “definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza.

Humboldt (1874, apud Rougerie e Beroutchachvili, 1991), apresenta as ideias fundamentais para a compreensão da paisagem, principalmente de que as relações entre os elementos da natureza, enlaçados entre si, formam um todo animado por determinadas forças, quase como um ‘organismo vivo’. Na busca da compreensão da complexidade da natureza e da existência de unidade em determinadas porções da superfície terrestre, Richthofen (apud Rougerie e Beroutchachvili, 1991), na primeira metade do século XX, explica-as pela interconexão de três esferas: a atmosfera, a litosfera e a hidrosfera, sendo que desta resultaria a própria origem e a dinâmica da biosfera.

Ja Smuts (apud Rougerie e Beroutchachvili, 1991), na primeira metade do século XX, afirma que o universo, a natureza, e também suas partes constituintes tendem a gerar unidades que formam um todo (holos, grego: todo). (VERDUM, 2012, p. 16)

Para conceituar a paisagem, não basta simplesmente adicionarmos elementos geográficos, pois, segundo Bertrand, esta é “[...] o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”. Destaca também que a paisagem requer sempre uma reflexão escalar, lembrando que “[...] as paisagens ditas ‘físicas’” são habitualmente modificadas pela exploração antrópica, tendo na divisão dos espaços um elemento contribuinte para sua classificação (2009, p. 33-35).

Com as evidências relativas à questão da degradação e conservação da natureza no decorrer do século XX, se intensificam os estudos com relação à paisagem, surgindo assim novos conceitos oriundos da “Ecologia”, entre os quais podemos citar “sistema ...e ecossistema...” e “unidades de paisagem” (VERDUM, 2012, p. 17).

Segundo Bertrand, é fora da França que serão encontrados estudos buscando compreender o conceito de paisagem de forma integral e destaca que a noção de ‘*Landschaf*’ vai dominar a geografia germânica, considerando que desde o século XIX, houve estudos que buscavam a compreensão das “relações do homem e do meio”. Foi C. Troll quem

[...] lançou as bases da ‘*Landschaftsokology*’, que é um estudo da paisagem do ponto de vista ecológico. As paisagens são divididas em ‘ecótopos’ (ou em “*landschafzellen*”) que são unidades inteiramente comparáveis ao ecossistema. Este método representa um progresso decisivo sobre os estudos fragmentados dos geógrafos e dos biogeógrafos, porque ele reagrupa todos os elementos da paisagem, e o lugar reservado ao fenômeno antrópico é bem importante nele. (BERTRAND, 2009, p. 36-37)

Os pesquisadores soviéticos e americanos fazem uma abordagem quantitativa sobre a paisagem, considerando-a “[...] como um sistema energético” analisando os aspectos relativos à transformação e produção bioquímica visando identificar a “[...] dinâmica das paisagens”, sendo distinguidos três tipos de paisagens: “[...] um tipo ‘residual’ (estável), um tipo de ‘trânsito’ (perda de substância) e um tipo de ‘acumulação’” (BERTAND, 2009, p. 37).

Para Bertrand (2009, p. 30), a análise de uma paisagem requer a clareza na definição e adoção de um método e ferramenta de trabalho (Georges BERTRAND, Introdução da Tese de Doutorado de Estado, preparada entre 1960 e 1967, defendida em 1974).

Assim, torna-se difícil estabelecer uma delimitação geográfica em função da diversidade de elementos envolvidos, no entanto, é possível pensar uma classificação das paisagens com base nos elementos físicos conforme considera Bertrand,

Em lugar de impor categorias preestabelecidas, trata-se de pesquisar as descontinuidades objetivas da paisagem. [...] é preciso procurar talhar diretamente a paisagem global tal qual ela se apresenta. Naturalmente, a delimitação será mais grosseira, mas as combinações e as relações entre os elementos, assim como os fenômenos de convergência aparecerão mais claramente. O sistema taxonômico deve permitir classificar as paisagens em função da escala, isto é, situá-las na dupla perspectiva do tempo e do espaço. No seio de um mesmo sistema taxonômico, os elementos climáticos e estruturais são básicos nas unidades superiores (G.I a G. IV) e os elementos biogeográficos e antrópicos nas unidades inferiores (G. V a G. VIII)¹. (BERTRAND, 2009, p. 37-38).

Considerando a paisagem, Bertrand sugere “[...] que os elementos que a constituem participam de uma dinâmica comum que não corresponde obrigatoriamente à evolução de cada um dentre eles tomados separadamente”, assim sendo, entende a necessidade de “[...] procurar os mecanismos gerais da paisagem, em particular no âmbito dos geossistemas e dos geofácies ²” (2009, p. 44).

Ao abordar sobre “A tipologia das paisagens”, Bertrand (2009, p. 45) justifica que “Antes de classificar os geossistemas, é preciso dar-lhes nomes”, sugerindo nominá-los a partir da vegetação, considerando que os geofácies se definem dentro do geossistema, uma vez que:

¹ Transcrevendo a mesma referência de Bertrand ao mencionar as correlações entre sua proposta de escalas de análise através do geossistema e autores que foram utilizados: “As correspondências entre as unidades são muito aproximativas e dadas somente a título de exemplo.

1- conforme A. CALLEUX-J. TRICART e G. VIERS

2- conforme M. SORRE

3- conforme R. BRUNET”.

² Geofácies corresponde à quinta escala de classificação da paisagem elaborada por Bertrand (1968). A hierarquia, do maior para o menor, segue conforme as seguintes nomenclaturas: Zona, Domínio, Região Natural, Geossistema, Geofácies e Geótopos. Sendo que o Geofácies é uma unidade relativamente homogênea de caracteres da paisagem (geralmente dado pela vegetação) dentro de um Geossistema (que varia entre dezenas e centenas de quilômetros quadrados)

Basicamente, trata-se de uma teoria que contribui para compreender a dinâmica dos geossistemas.

A relativa complexidade desse esboço taxonômico sublinha perfeitamente os problemas que aparecem na classificação global das paisagens. A dificuldade é menos de chegar a uma definição sintética que de adaptar o sistema de classificação ao fato de que a estrutura e a dinâmica das diferentes unidades mudam com a escala. As tipologias estritamente fisionômicas [...] ou ecológicas [...] não deram os resultados esperados. A escolha caiu numa tipologia dinâmica que classifica os geosistemas em função de sua evolução e que engloba através disso todos os aspectos das paisagens. Ela leva em conta três elementos: o sistema de evolução, o estágio atingido em relação ao clímax, o sentido geral da dinâmica [...]. Esta tipologia se inspira, portanto, na teoria de biorresistência³ de H. ERHART. Foram distinguidos 7 tipos de geosistemas agrupados em 2 conjuntos dinâmicos diferentes. (BERTRAND, 2009, p. 46)

Ao abordar sobre métodos de análise da paisagem, Verdum sugere três possibilidades, consideradas como: a descritiva, a sistêmica e a perceptiva., justificando-as:

A paisagem descritiva tem como base a descrição, e para a apreensão da paisagem seriam necessárias a enumeração dos elementos presentes e a discussão das formas. Assim, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, a morfologia da paisagem.

A paisagem sistêmica sugere o estudo da combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, um conjunto geográfico indissociável, uma interface entre o natural e o social, sendo uma análise em várias dimensões. A complexidade da paisagem é o tempo morfológico (forma), constitucional (estrutura) e a funcionalidade, que não pode ser reduzida em partes.

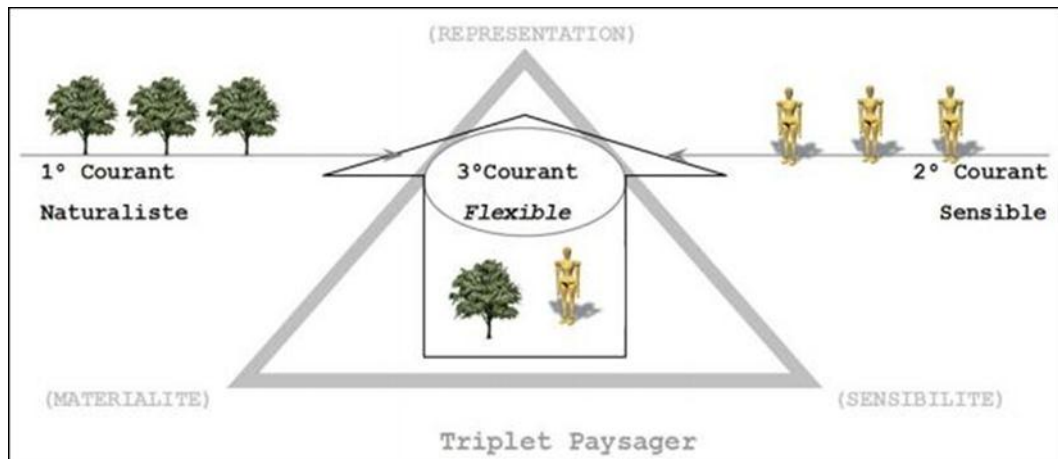
A paisagem perceptiva é concebida como uma marca e uma matriz. Como marca, a paisagem pode e deve ser descritiva e inventariada. O ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem, enquanto perceptível, mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. A paisagem é matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. (VERDUM, 2012, p. 17-18)

Considerando que a paisagem é o concreto, mas também a imaginação, Verdum destaca que cada observador possui uma trajetória, consciência, experiência, podendo assim perceber a paisagem de forma diferenciada/particularizada, denotando com isto uma matriz cultural de uma dada sociedade (2012, p. 18).

Entendemos que as perspectivas de entendimento na análise da paisagem tratadas por Verdum, podem ser exemplificadas através do esquema de Renó (2009) demonstrado por Souza⁴ o qual reproduzimos a seguir:

³ Quando afetados pela ação antrópica, uso, desmatamento, por exemplo, a vegetação entra num estágio de desequilíbrio e resiste ao impacto. Antes disso acontecer, ela poderia estar em estágio biostático, ou seja, em estágio de equilíbrio.

⁴ Através de materiais de aula.



Tripé da análise paisagística segundo Fernanda Renó (2009) citada por Souza através de materiais de aula.

Considerando o esquema de análise paisagística proposto por Renó (2009), entendemos que ele dialoga com o método proposto por Verdum (2012) quando nos oferece as possibilidades descritiva, sistêmica e perspectiva. Em nosso entendimento, a abordagem flexível pra análise geográfica da paisagem se mostra como mais interessante, uma vez que nos permite vários e novos olhares, ou seja, te permite uma nova interpretação paisagística, uma vez que, ao enumerar os elementos presentes, desperta para análises no seu tempo e espaço considerando a interação destes vários elementos (bióticos, abióticos e humanos) para tentar compreender o que está posto ou o que pode vir a ser, principalmente por considerar a dimensão da percepção dos indivíduos que vivenciam as paisagens.

Verdum leva em conta o estabelecimento de indicadores de percepção da paisagem classificando-as por Unidades de Paisagem (UPs) e referenciando-as pela sua forma, função, estrutura e dinâmica (2012, p. 18).

Para Verdum, o reconhecimento da paisagem pela sua forma está relacionado aos aspectos que podem ser visualizados em campo e registrados por fotografias “e pelo uso dos produtos de sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite): o morfológico, a presença d’água, a cobertura vegetal e a ocupação das terras”; o reconhecimento da paisagem pela sua função também se dará em campo, com a observação das formas de ocupação realizadas no espaço, bem como com o auxílio das novas tecnologias, sendo percebidas pelas diferenças entre as UPs; quanto à estrutura, esta será analisada concomitantemente com a função e forma, denotando assim os valores e funções dos objetos no decorrer do processo histórico, revelando com isto a “[...] natureza social e econômica dos espaços construídos [...]” o critério da dinâmica refere-se a ação contínua desenvolvida no espaço, resultando com

isto diferentes UPs analisadas no decorrer do tempo geológico e histórico envolvendo o passado, o presente e permitindo prever proposições futuras da paisagem, visando continuidade e mudanças (2012, p. 18-19).

Para melhor exemplificar sobre o reconhecimento da paisagem, nos amparamos no quadro elaborado por Souza (2015, p. 38) “Definições e exemplos dos processos perceptivo-representacionais da paisagem de acordo com diferentes situações espaciais do observador” abaixo e reproduzimos a seguir de acordo com nosso entendimento:

Quadro 1: Definições e exemplos dos processos perceptivo-representacionais da paisagem de acordo com diferentes situações espaciais do observador

Situação do observador	Processos perceptivo-representacionais			
	Retroativo	Sincronico	Prospectivo	Exemplos
<i>In-loco</i>	O observador tem, no momento presente, uma lembrança da configuração paisagística de um dado lugar no passado e elenca as mudanças e permanências através da memória.	O observador se encontra em processo de interação com os elementos da paisagem. A percepção e a interpretação/representação estão mais próximas no tempo e no espaço.	O observador projeta uma configuração paisagística de acordo com as suas experiências de contato. Percebe os elementos no presente e aponta o que deve ser transformado no futuro.	O morador insatisfeito que com algum elemento paisagístico que simbolize prejuízos para a estética do local e para sua qualidade de vida. Os agentes da gestão municipal, que elaboram projetos para o desenvolvimento local.
<i>Distante</i>	O observador guarda a lembrança do que foi visualizado/visitado. Ativa o exercício de memória, mas, há alguma defasagem em função do afastamento.	O observador não se encontra em interação com uma dada paisagem. Poder-se-ia afirmar que não haveria conhecimento sobre as condições dos elementos paisagísticos devido o distanciamento. Contudo, a evolução dos meios de comunicação e aumento da capacidade de obtenção da informações sobre lugares distantes relativiza isso.	O observador pode elaborar uma projeção da configuração paisagística de acordo com o seu período de permanência em um dado lugar, seja por tempo longo ou não. Isto também permite apontar o que deve ou não ser transformado no futuro.	Os imigrantes; Os pesquisadores; Os visitantes; Os agentes de gestão pública a nível estadual ou federal.

Org. SOUZA, 2013.

Situação do observador	Processos Perceptivos Representacionais			
	Retroativo	Sincronico	Prospectivo	Exemplos
<i>In Loco</i>	O observador ao contemplar a paisagem no seu tempo presente, poderá lembrar algo guardado em sua memória referente a um determinado lugar e então oferecer considerações sobre suas mudanças e permanências. Esta lembrança pode ter relação	O observador interage com os elementos que compõe a paisagem, momento em que a percepção, interpretação e representação estão mais presentes no tempo e no espaço.	O observador, de acordo com seu ponto de vista, projeta a paisagem no futuro considerando os elementos presentes, indicando o que poderá se modificar no futuro.	O observador da paisagem aborda sobre determinado elemento presente na paisagem considerando estar em acordo ou em desacordo com a estética, aponta os elementos que a compunham no passado, no agora, bem como pode prospectá-la (como gostaria que fosse).

	tanto com o local da paisagem (observada no momento), bem como se referir a outros lugares vividos ou imaginados			
Distante	O observador conta uma narrativa sobre uma paisagem que visualizou no passado, mas alguns elementos podem ficar ofuscados devido o tempo de afastamento entre a visualização e a lembrança	O observador relata uma paisagem, que visualizou no passado, mas a aborda no presente referindo-se aos elementos atuais que absorve através de diálogos, leituras ou mesmo notícias que ouviu/assistiu	O observador relata sobre uma paisagem que tenha visto no passado e a prospecta	Um trabalho de campo realizado durante sua formação enquanto geógrafo analisando (usando uma fotografia, imagem de satélite ou mapa) ou o turista contando sobre a paisagem que visualizou em seu passeio/viagem (fotografia, filme/documentário)

Considerando o esquema organizado por Souza (2013) e o quadro adaptado de acordo com o meu entendimento, concluo que a percepção da paisagem pode se dar com o sujeito estando presente ou distante, bem como podem ser elencados os elementos visualizados no momento atual, lembrados ou prospectados e influenciados por diversos fatores (crença, cultura, formação, atividade de trabalho, local de moradia, fatores socioeconômicos).

Ao se analisar uma paisagem, Verdum propõe metodologias a fim de que se possa alcançar os objetivos quanto a sua leitura, sugerindo a observação e diferenciação, bem como a escala temporal (2012, p. 19).

Quanto ao nível de observação e diferenciação do espaço, Verdum (2012, p. 19) propõe considerar a subjetividade tanto individual quanto coletiva atentando ao aspecto cultural do coletivo. Neste nível sugere reconhecer os elementos que integram e se distinguem na paisagem por sua forma e estrutura, citando “[...] o relevo, a cobertura vegetal, a disposição das rochas, dos solos, dos cursos e corpos d’água, etc” atentando para “A apropriação e o uso [...]”, os quais conduzem para a atribuição de diferentes significados.

Ao tratar do nível de escala temporal, Verdum (2012, p. 20) sugere o tempo geológico e histórico distinguindo-os, ou seja: para o tempo histórico recomenda-se que a paisagem faça parte da identidade individual e coletiva pelo período de aproximadamente 25 anos, considerado como a incorporação por ao menos uma geração (BERQUE, 1995; VERDUM et al., 2007 *apud* VERDUM, 2012, p. 20)

Para a avaliação sensorial e para se estabelecer os indicadores visuais, propõem-se as seguintes etapas metodológicas;

- Analisar a paisagem pela sua globalidade ou pela sua decomposição em unidades que são definidas por limites naturais – elementos (planície, coxilha, cerro, serra – vale, encosta, topo; floresta, banhado...); neste sentido propõe uma avaliação global do conjunto da paisagem (primeira impressão) e/ou de seus elementos constituintes (modulações da percepção inicial – atratividade) a partir das experiências vividas.
- Conhecer entre esses elementos da paisagem aqueles que são marcantes, referências e valorizados; que realmente determinam a reação estética; deve-se levar em consideração a distância do ponto de observação, assim como a dimensão desses elementos constitutivos da paisagem.
- Reconhecer que esses elementos evoluem/modificam com o tempo. (VERDUM, 2012, p. 20)

Uma abordagem mais atual sobre a paisagem nos é apresentada por Besse (2014) em sua obra “O gosto do mundo: exercícios de paisagem”, momento em que nos oferece contribuições sob um ponto de vista mais político e social. Em suas argumentações introdutórias o autor justifica que atualmente a paisagem é considerada como um recurso estratégico para o ordenamento espacial nas mais diferentes escalas, destacando que “o cuidado com a paisagem ocupa, na atualidade, um lugar crucial nas preocupações sociais e políticas pela qualidade dos quadros de vida oferecidos às populações, em relação aos questionamentos sobre a identidade dos lugares, sobre a governança dos territórios ou, ainda, sobre a proteção dos meios naturais”. (BESSE, 2014, p. 7)

Também observa sobre a ampliação do campo da pesquisa voltado para a temática da paisagem envolvendo uma diversidade de disciplinas e profissões, o surgimento de carreiras universitárias, bem como a formulação de leis, conduzindo assim em certa maneira a uma nova cultura da paisagem. Surgem assim, novos olhares sobre alguns elementos que a constituem como o espaço, a sociedade, a natureza, o meio ambiente. Para Besse, a preocupação com a paisagem atualmente encontra-se mais centrada “[...] sobre as cidades e a extensão suburbana, sobre os locais industriais e sua ocupação territorial, sobre as áreas industriais devolutas, sobre o impacto das instalações técnicas dedicadas ao transporte dos homens e das mercadorias ou, ainda, à produção e à circulação da energia”. (BESSE, 2014, p.7-8)

Besse chama a atenção para com as preocupações que envolvem as paisagens e o poder, seja ele político e/ou econômico, bem como lança várias indagações: “As paisagens não são, de certa forma, os instrumentos da dissimulação de realidades sociais e econômicas bastante inglórias, como a exclusão socioespacial, por exemplo? Qual é o teor ideológico de uma paisagem? De modo mais geral, quais significações e quais valores uma paisagem pode propor hoje? A paisagem tornou-se um tecido ético, de certa forma.” (2014, p. 9)

No capítulo I “As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas”, Besse destaca que percebe que atualmente há

uma variedade de significações atribuídas ao conceito de paisagem. Justifica que tal fato se deve “[...] em parte, à atomização profissional e acadêmica das diferentes ‘disciplinas’ que fazem dela seu campo de estudos e de intervenções”, embora considere que estas diferentes áreas podem se apropriar dos mesmos referenciais teóricos e possuir a mesma linha de entendimento e compreensão. (BESSE, 2014, p. 11).

Procurando oferecer uma melhor compreensão do conceito de paisagem, o autor vai oferecer-nos uma reflexão envolvendo cinco diferentes enfoques, designando-os como “[...] cinco problemáticas paisagísticas [...]”, que podem ser consideradas como coexistentes, ora articuladas, cada qual atrelada a uma profissão, um grupo de profissionais, uma linha de formação ou mesmo um corpo acadêmico: “[...] a paisagem é considerada como *uma representação cultural* (principalmente informada pela pintura), como *um território produzido pelas sociedades na sua história*, como *um complexo sistêmico* articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva, como *um espaço de experiências sensíveis* arreadas às diversas formas possíveis de objetivação, e como, enfim, *um local ou um contexto de projeto*”. (BESSE, 2014, p. 12)

Assim, Besse vai tratá-la sob um enfoque da representação mental, ou seja, como um modo de ver, pensar e perceber sob o ponto de vista da sociedade, tanto nas relações individuais quanto coletivas, revelando assim as percepções e valores que a ela são atribuídos.

Sob este enfoque, Besse entende que a paisagem necessita de “uma teoria intelectualista da percepção [...]”, seja no âmbito do real ou mesmo de sua representação, pois revela uma maneira de projeção e percepção atrelada a uma cultura. Assim, para compreendermos a sua representação, precisamos ir além da paisagem representada, pois, “a análise da paisagem consiste numa análise de categorias, de discursos, de sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e refletir. Ela é sempre, por essência, uma reflexão humana, um discurso, uma imagem, seja ela individual e coletiva, seja ela encarnada numa tela, em papel ou no solo”. (BESSE, 2014, p. 13-14)

Também lembra-nos o autor de que a paisagem em muitos momentos foi abordada sob uma “[...] representação artística [...]”, sendo “[...] pensada, descrita, falada, antes de ser vista e representada [...]”, uma vez que o artista representa o que lhe é contado sob o ponto de vista de um viajante. Desta forma, lembra-nos de que a paisagem sob este enfoque pode ser compreendida como uma representação cultural tanto coletiva como individual, remetendo a uma diversidade de interpretações, seja no âmbito da economia, religião, filosofia, ciência,

técnica, política, psicanalítica, necessitando assim ser decifrada/analizada. (BESSE, 2014, p. 15-16 e 21).

Ao tratar sobre “a invenção de novas paisagens”, Besse (2014) destaca sobre a importância da pesquisa, sugerindo que as linhas mais promissoras sob esta abordagem devem se propor a analisar a temática buscando seu entendimento nos variados e diferentes tempos e culturas. Lembrando que com o “[...] surgimento de novos objetos paisagísticos [...]” torna-se necessário buscar a compreensão dos novos valores atribuídos à paisagem, bem como suas normas e regras, uma vez que “cada paisagem tem sua própria linguagem [...]” (ROGER *apud* BESSE, 2014, p. 22).

Visando uma maior compreensão sobre a temática, Besse expõe algumas indagações relativas principalmente ao período moderno e pós-moderno:

De que forma podemos falar da paisagem das grandes metrópoles industriais e pós-industriais que se desenvolveram com os séculos XIX e XX? Devemos continuar falando em termos de ‘beleza’ e ‘harmonia’? A categoria do ‘pitoresco’ ainda tem um significado, e qual? Em que ‘língua’ essas paisagens devem ser faladas, descritas, narradas? Como pensar, por exemplo, e representar a emergência dos novos objetos paisagísticos que são hoje os espaço urbanos, os equipamentos industriais, os sistemas de armazenamento e de distribuição de energia, as autoestradas, os artefatos diversos ligados á vida contemporânea, que põe em jogo os valores da funcionalidade, da intensidade, da velocidade, da mobilidade? Como, além disso, levar em conta a renovação das formas e dos ritmos plásticos que perpassou a arte desde os primórdios do século XX? Com a ajuda de que instrumentos formais? Que sensibilidades paisagísticas novas vemos aparecer? (2014, p. 23).

Dando continuidade às reflexões sobre a questão da sensibilidade paisagística, Besse salienta que “[...] os valores e as normas paisagísticas são estéticos, sim, mas não unicamente”, lembrando que é preciso estarmos atentos à questão da “[...] dimensão material e técnica”, pois estas promoveram e continuam a promover alterações na paisagem, sendo necessário refletir sobre a sua representação através da pintura, pois “é difícil, na verdade, identificar as paisagens que estão aparecendo hoje. Talvez por ausência de distanciamento e pela falta de análise e, mais certamente, pela falta de palavras e conceitos. Mas está claro que se faz necessária uma nova linguagem”. (2014, p. 24- 25)

Besse também nos remete a outra discussão. Para o autor, ao adotarmos uma escala de análise paisagística estamos também assumindo um determinado tipo de problema, mas à medida que a ampliamos também se alteram os problemas que vão exigir um novo nível de abordagem, modificando assim o seu conceito (BESSE, 2014, p. 26).

Sob esta nova perspectiva, lembra-nos o autor de que se torna necessária a abordagem de uma perspectiva teórica suplementar que leve em conta a produção e usos do espaço, conduzindo o conceito de paisagem “[...] como um território produzido e praticado pelas

sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e culturais”, concluindo que o valor de uma paisagem nem sempre se encontra relacionado à questão da estética. Assim, “a paisagem seria como um tipo de geografia objetiva, uma escrita na superfície da Terra, produto nem sempre consciente nem intencional (mas também pode ser) das atividades humanas”. (BESSE, 2014, p. 27-28)

A fim de melhor refletir sobre este ponto de vista da paisagem, Besse busca exemplificar com os estudos de John Brinckerhoff Jackson (pensador contemporâneo da paisagem), justificando que sua teoria dialoga com a geografia humana e ciências sociais considerando que “[...] a paisagem é um espaço organizado, isto é, composto e desenhado pelos homens na superfície da Terra; a paisagem é uma obra coletiva das sociedades que transformam o substrato natural”. Embora Jackson teça considerações teóricas sob uma perspectiva da produção cultural, o autor realça que a cultura é concebida enquanto produção material e espacial, dando menos ênfase para a questão estética (2014, p. 28-29).

Considerando que “a paisagem é um espaço organizado”, Besse (2014) argumenta que a sua representação não é apenas mental, mas “[...] um espaço na superfície da Terra [...]”,

[...] um espaço com certo grau de permanência, com seu caráter exclusivo, topográfico ou cultural, e, sobretudo, de um espaço comum a um grupo humano (JACKSON *apud* BESSE, 2014, p. 29-30).

É verdade que a paisagem também é uma maneira de ver e imaginar o mundo. Mas é primeiramente uma realidade objetiva, material, produzida pelos homens. Toda paisagem é cultural, não essencialmente por ser vista por uma cultura, mas essencialmente por ter sido produzida dentro de um conjunto de ações (econômicas, políticas, sociais), e segundo valores que, de certa forma, ela simboliza. Jackson adota aqui o mesmo ponto de vista sustentado por Eric Dardel em *L’Homme et la Terre*: “[...] a paisagem não é, na sua essência, feita para ser olhada, mas sim inserção do homem no mundo, lugar de luta pela vida, manifestação do seu ser com os outros, base do seu ser social. (BESSE, 2014, p. 30).

Lembra o autor de que a terminologia “*Landscape* é composta de *land* e *scape* [...]”, sendo que o termo “[...] *land* sempre designou um espaço definido, com fronteiras, mas não necessariamente cercas ou muros’, que para os camponeses remete a “[...] terra [...]”, enquanto que o termo “[...] *scape* [...]” (*apud* Jackson), [...] remete a uma família de termos que designam ‘aspectos coletivos do meio ambiente’: *sheaf*, *shape*, *ship* [...], remetendo a noção de conjunto (JACKSON *apud* BESSE, 2014, p. 30).

Podemos fazer o mesmo tipo de observações a respeito da palavra alemã *Landschaft* (de onde deriva na realidade *landscape*) e da palavra francesa *paysage*. Alguns historiadores notaram a ligação entre *-schaft* e as noções de conformação, organização, contidas no verbo *schaffen*, que se encontra, por exemplo, em *Gemeinschaft* (comunidade). Da mesma forma, em francês, *-age* remete ao mesmo tempo à ideia de uma ação (graças à qual é realizado ou produzido, jardinagem) e à ideia de uma coleção, de um conjunto (*feuillage*). De qualquer forma, para Jackson, a consequência é clara: a paisagem é ‘uma composição de espaços criados pelo

homem no solo'. Há um milênio, acrescenta, a palavra 'não tinha nada a ver com a encenação ou a evocação do teatro'. (BESSE, 2014, p. 31)

Nesta perspectiva, ao se estudar a paisagem, torna-se de suma importância analisar e compreender a organização espacial da comunidade, uma vez que a paisagem é um espaço social e nela estarão expressas através das formas as suas representações e valores culturais, sejam elas produzidas de forma consciente/intencional ou não. Assim, Besse recomenda

[...] interessar-se, de forma mais geral, pelas formas espaciais e sua diversidade, pelos elementos estruturantes e pelas dinâmicas morfológicas e fluxos que as atravessam e as transformam, pelas descontinuidades do espaço e pelas circulações, pois todos esses traços permitem caracterizar uma paisagem: o ponto de vista metodológico de Jackson, que ele procura pôr a serviço da arquitetura da paisagem, é o de um geógrafo (BESSE, 2014, p. 31-32)

Analisando a paisagem como uma obra coletiva das sociedades, Besse (2014, p. 33-34) vai abordá-la considerando seus aspectos morfológicos sob o viés da ação humana sobre a superfície terrestre. Assim sendo, “a paisagem é uma maneira de os homens inscreverem seu meio terrestre dentro de uma duração ou de uma durabilidade que não se confundem com os ritos naturais, transformando assim esse meio em mundo histórico”, sendo tarefa do geógrafo “[...] a análise e a decifração da ‘obra paisagística do homem’ [...]” (DEFFONTAINES *apud* BESSE, 2014, p. 33-34).

Consequentemente, a paisagem não é a natureza em si, mas uma amostra da ação humana sobre o território, ou seja: “[...] a paisagem é uma realidade ontológica de um gênero próprio, dotado de um espaço e de um tempo que lhe são próprios”, lembrando que “a ‘obra paisagística’ não é, entretanto, uniforme na superfície do globo, indica Jackson. É necessário levar em conta as diferenças de potências e de orientações, que intervêm na relação que os homens mantêm com o ‘material’ terrestre. A aparência da paisagem traduz essa atitude cultural variável da humanidade em relação aos meios naturais nos quais lhe coube viver”. (BESSE, 2014, p. 34-35)

Ainda abordando sobre o sentido da paisagem, Besse deduz que independente do projeto que remete à paisagem, esta sempre deverá provocar uma indagação sobre a compreensão do conceito de bem-estar coletivo, remetendo a uma reflexão a fim de compreender os valores que embasam esta relação, qual espaço e condições materiais são necessária para se atingir tal estágio (2014, p. 35).

Considerando os argumentos de Jackson, Besse (2014) compreende que a constituição da paisagem decorre independente do perfil topográfico ou de questões somente políticas, mas pelos usos e ocupações dos espaços, a fim de satisfazer as necessidades e ou interesses de determinado grupo social. Consequentemente, conclui que esta decisão se dá para além de

uma decisão política, mas no âmbito dos aspectos social e cultural, ressaltando que a questão estética é a que menos interfere. Desta forma, reforça seus argumentos justificando a necessidade da adoção de novos critérios de avaliação das paisagens, tanto atuais quanto futuras, sendo necessário “[...] abandonar o ponto de vista do espectador e se questionar sobre o interesse que o ser humano teria de viver nessas paisagens”, pois (JACKSON *apud* BESSE, 2009, p.; 36),

[...] nunca se deve mexer na paisagem sem pensar naqueles que vivem nela. Afinal de contas, se a paisagem tem um sentido e, sobretudo, se o projeto de paisagem pode ter um sentido, é porque o desafio é tornar o mundo habitável para o homem. [...] a paisagem é a expressão de um esforço humano, sempre frágil e a ser recomeçado, para habitar o mundo. (BESSE, 2014, p. 36-37)

Portanto, Besse vai considerar que a paisagem também remete ao “[...] mundo vivido, fabricado e habitado por sociedades humanas em constante mudança”, refletindo o espaço ocupado e produzido por certa coletividade. Entretanto busca estabelecer a distinção entre o espaço habitado ao qual denomina ecúmeno em relação ao espaço terrestre, pois:

[...] a noção de ecúmeno pressupõe o encontro entre um território humanizado e um meio ambiente ou uma base não humanos, seja essa base chamada de *natureza, planeta ou matéria*. A *tomada* ou *apoderação* do solo pelo humano, a ‘obra paisagística’ (isto é, a criação de territorialidades) pressupõem a existência prévia de um ‘substrato’, qualquer que seja a definição que se dá desse substrato. (2014, p. 37-38)

O desenvolvimento da ciência da paisagem vem avançando na busca de uma abordagem mais realista, procurando refletir e distinguir entre terra humana de terra natural, bem como ecúmeno e o planeta, uma vez que:

A paisagem possui uma substancialidade e uma espessura intrínsecas: é um conjunto complexo e articulado de objetos ou, pelo menos, um campo da realidade material, mais amplo e mais profundo que as representações que a acompanham. A paisagem também é o vento, a chuva, a água, o calor, o clima, as rochas, o mundo vivo, tudo o que cerca os seres humanos: resumindo, todo um meio ambiente cujas evoluções, na verdade, são afetadas, mais ou menos diretamente, pela ação, a emoção e o pensamento humanos; mas, afinal de contas, esse meio ambiente – somos também forçados a reconhecer – existe e se desenvolve sem o ser humano, estava aí antes dele e sobreviverá a ele de uma forma ou de outra. (BESSE, 2019, p. 39).

Em se tratando de paisagem e natureza, Besse argumenta que esta abordagem é defendida por alguns geógrafos físicos sob um viés do ‘naturalismo’ embora alguns geógrafos da chamada ‘geografia híbrida’ também o façam considerando enquanto um produto social, considerada atualmente como artificial. No entanto, o autor observa que na realidade a paisagem retrata uma articulação entre os elementos naturais e sociais, sendo considerada nos dizeres de Jackson como uma realidade sintética, sendo que nos dizeres de Bertrand, “[...] a paisagem é um sistema que cobre tanto o natural quanto o social. (2014, p. 40-41).

As abordagens naturalistas tendem a sofrer severas críticas, uma vez que estudos recentes como de Philippe Descola e Bruno Latour se propõem a analisar a paisagem sob um viés “[...] de hibridação e de associação do humano e do não humano [...]”, embora possam apresentar diferentes interpretações em função da época e cultura. Lembra também que “A paisagem aparece cada vez mais como uma entidade relacional [...]”, destacando o conceito de mediança utilizado por Berque a fim de explicar as relações que envolvem a análise de uma paisagem, pois

A paisagem é ao mesmo tempo, e essencialmente, totalmente natural e totalmente cultural. É o elemento onde a humanidade se naturaliza e onde a natureza se humaniza (e se simboliza). É o que invalida, no fundo, por princípio, qualquer abordagem unilateral da paisagem, seja ela ‘antropocêntrica’ ou ‘naturalista’: a paisagem deve ser definida, mais rigorosamente, como meio.

[...] qualquer que seja a valência ontológica particular que se atribui à paisagem (natural, cultural, híbrida), é possível concebê-la como uma realidade em parte (e numa medida que pode ser grande) independente das representações e das ações humanas (o que nem por isso faz dela uma pura e simples realidade natural”, vale a pena repetir). (BESSE, 2014, p. 41-42)

Da mesma forma é destacada a importância do conceito de sistema utilizado por Bertrand e alguns ecólogos, permitindo assim melhor compreender o conceito de paisagem sob um viés mais realista (BESSE, 2014, p. 42).

1.3. Algumas considerações

Dialogar sobre o conceito de paisagem exigiu de mim um esforço em sair das questões fechadas para uma abertura de mundo, ou seja, pensar e ver o mundo de uma maneira mais leve e ao mesmo tempo profunda, sensível.

Perceber a paisagem vai muito além de se observar elementos palpáveis como relevo, vegetação, solo, hidrografia, uma vez que a sociedade atua na natureza em diferentes espaços e tempos, atua sobre a natureza de diferentes formas, seja pelos significados como pela técnica.

No decorrer da elaboração do capítulo, fui percebendo que a paisagem nos permite ver o mundo de outra maneira, pois ao olharmos para um determinado espaço, estarei vendo a paisagem de uma forma objetiva, mas também estarei através dela mergulhando em meus pensamentos e me identificando com experiências já vividas e que emergem em minha memória ou mesmo estar aguçando meus pensamentos e poder compreender fatores que levaram à construção da paisagem que se apresenta aos meus olhos.

Embora a paisagem seja concebida enquanto um objeto, ao observá-la, podemos perceber coisas que nossos olhos não veem, mas que os nossos sentidos despertam. Da mesma

forma, podemos observar uma paisagem mas teremos outro olhar a partir do momento em que buscamos ir para além da aparência, procuramos compreender a trama de relações complexas que definiram os elementos objetivamente vistos aqui e agora, mas que, por sua vez, foram todos engendrados na longa história da natureza, alterada pela rápida história das sociedades e representando as relações entre estas duas espaço-temporalidades diferentes e complementares.

Nas propostas dos autores que foram apresentados no decorrer deste capítulo, foi possível notar diferentes abordagens que se complementam. Para um geógrafo físico, o conceito de paisagem de Bertrand pode ser muito útil, na medida em que ele se preocupará com os impactos das ações da sociedade sobre os elementos naturais e, a partir disso, pensar em melhores estratégias de gestão e uso dos recursos. A abordagem do Bertrand pode ser uma importante ferramenta para se discutir e ser propositivo quanto ao problema das injustiças ambientais, que pesam sobremaneira para as pessoas com poucos ou nulos recursos financeiros.

A abordagem de Besse, por sua vez, pode permitir ao geógrafo humano adentrar na relação entre objetividade e subjetividade tanto técnica quanto natural. A natureza não é só uma concretude, pois, sua concepção depende do pensamento humano e das nossas emoções também. Com relação à técnica acontece o mesmo: quem nunca se sentiu de alguma forma emocionado ao chegar numa cidade com questões que despertam o senso crítico geográfico, ao se deparar com as desigualdades materializadas no espaço, quando se apresentam áreas (paisagens?) de profundo abandono social, político e econômico contrapostas àquelas onde a riqueza é sua marca central?

Sobre essas possibilidades de entendimento do mundo através da paisagem é que se trata este trabalho.

CAPÍTULO II: AS DESIGUALDADES E SUAS MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS

2.1. Notas introdutórias

Há algum tempo se observa que o processo de urbanização vem se intensificando em decorrência da migração da população rural em direção às cidades em busca de melhores condições de vida, principalmente com a intensificação dos mecanismos de exclusão dos trabalhadores rurais. Entretanto, observa-se que a maioria desta população migrante nem sempre consegue realizar o seu desejo de viver melhor. Então, percebe-se que grande parte da população urbana se encontra concentrada em áreas periféricas da cidade, muitas vezes em condições desumanas de habitação, apresentando dificuldades para o acesso aos serviços urbanos e muitas vezes alojadas em áreas inadequadas para a habitação (como córregos, sangas, encostas de morros...).

Assim, neste capítulo nos propomos abordar alguns elementos que, ao nosso olhar, contribuem para o entendimento sobre a constituição da paisagem no espaço urbano. O objetivo inicial terá como centralidade analisar alguns indicadores sociais que colaboram para a compreensão das desigualdades sociais e que assim levam ao processo de exclusão social que se manifesta no território.

Na perspectiva de território, apresentaremos uma leitura do trabalho de Lindo (2011) que traz dados cartográficos estabelecendo comparativos entre uma escala nacional (escala menor) e uma escala local (escala maior) com o intuito de chamar a atenção do Estado para a tomada de decisões sobre as políticas públicas. Na perspectiva de escala das grandes cidades, então, apresentaremos a leitura e interpretação de Maricato (1995) que trata de abordagens com a finalidade de demonstrar a gravidade do processo de exclusão e seu aprofundamento, pedindo que o Estado tome decisões.

Com o objetivo de melhor compreender a constituição da paisagem, propomo-nos a investigar como se dá a construção socioespacial urbana no contexto das desigualdades socioeconômicas, dialogando com teóricos que se alinham com tal pensamento.

2.2. Desigualdades socioeconômicas e suas manifestações espaciais

Assim, iniciamos nossas análises dialogando com Maricato (1995) que em seus argumentos demonstra sua preocupação com a precarização das condições de vida da população urbana. Para a autora, o processo de urbanização no Brasil tem se intensificado com o processo de industrialização, momento em que se percebe um aumento considerável de migração da população do campo em direção à cidade em busca de melhores condições de vida. No entanto, a autora observa que à medida que ocorre o chamado crescimento econômico, também se acentuam as desigualdades socioeconômicas da população urbana, resultando com isto no aumento de inúmeros problemas sociais (MARICATO, 1995, p. 29).

Ao tratar das desigualdades sociais, Maricato (1995) aborda sobre a exclusão social, considerando que esta também se expressa no espaço geográfico/urbano através da segregação espacial ou ambiental, referindo-se aos espaços urbanos ocupados pela maioria da população (pobre), uma vez que:

A segregação ambiental é uma das faces mais importantes da exclusão social mas parte ativa e importante da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (1995, p. 29)

A exclusão social, segundo Pedro Demo, manifesta-se de várias formas, ou seja, através do trabalho informal, irregular, ilegal ou mesmo do tipo de trabalho formal; dos níveis de pobreza; da baixa escolaridade; da raça; do sexo; da origem e, principalmente, pela ausência de cidadania que se revela através da carência de políticas públicas, demonstrando assim a ‘pobreza política’ (*apud* MARICATO, 1995, p. 30).

De acordo com Lindo (2011, p. 23), apesar de o Brasil possuir uma abundante riqueza natural, considerável produção econômica e desenvolvimento tecnológico, também é produtor de profundas desigualdades as quais denomina de desigualdades socioterritoriais. No entanto, a autora entende que tais desigualdades são passíveis de superação mediante um processo de distribuição mais igualitário/justo, seja ao nível das riquezas produzidas, quanto de direitos, o que neste caso entendemos ser fundamental à atuação do Estado mediante a elaboração de políticas públicas.

A tomada de decisão sobre as políticas públicas, segundo Lindo (2011), envolve a compreensão das desigualdades expressas no território, bem como se torna fundamental que suas análises envolvam diferentes olhares. Para a autora, não basta analisar os dados apenas

em sua extensão, mas considerar as especificidades que envolvem as relações sociais aí estabelecidas a fim de compreender como se dá a distribuição dos bens e serviços que se encontram expressos através de diversos indicadores sociais. (LINDO, 2011, p. 24-31)

Desta maneira, Lindo (2011, p. 31-34) procura demonstrar algumas desigualdades regionais brasileiras utilizando alguns indicadores sociais que medem as condições de vida da população, neste caso, utilizando dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através da análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007. Para a autora, os dados revelam que:

- No comparativo dos dados relativos a domicílios urbanos e renda, “[...] o Nordeste (26,6%) é a região com as piores taxas de desigualdades entre as rendas domiciliares urbanas, e o Sul (17,4%) possui a melhor taxa em relação às outras regiões brasileiras”;

- Já os dados relativos aos domicílios e saneamento básico evidenciam que na “[...] Região Norte apenas 16,1% dos domicílios urbanos são atendidos com todos esses serviços básicos, lembrando que a taxa de urbanização da Região Norte é de 76,7%” enquanto que “[...] na Região Sudeste, a taxa de população urbana é de 92%, e 83,7% dos domicílios particulares permanentes possuem serviços de saneamento”, demonstrando assim “[...] uma diferença percentual de 67,6% entre essas duas regiões”;

- Os dados relativos à educação demonstram que o analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade) apresenta índices expressivos, embora sua concentração se mostre acentuada na Região Nordeste com um percentual de 52%. (Cf. LINDO, 2011).

Porém, a autora ressalta que há uma íntima relação entre a renda familiar e o analfabetismo, uma vez que:

No conjunto da população que vive com até meio salário mínimo per capita, 17,7% eram analfabetos em 2007, enquanto nas classes de rendimentos superiores a dois salários mínimos encontrava-se 1,4% de analfabetos [...].

Os dados de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais por classe de rendimento mensal per capita mostram que a Região Nordeste apresenta a maior porcentagem de analfabetos do Brasil e a maior taxa de pessoas que ganham até meio salário mínimo. (LINDO, 2011, p. 34-35)

Outro aspecto evidenciado por Lindo (2011, p. 35) refere-se à concentração do analfabetismo nas áreas rurais, pois “embora 83,5% da população total residam em áreas urbanas contra 16,5% que residem em áreas rurais, a taxa de analfabetismo rural é de 23,3% e a urbana é de 7,6%, ou seja, o analfabetismo no campo é três vezes maior que na cidade”.

Considerando os dados demonstrados acima, Lindo (2011) mais uma vez chama a atenção para o fato de que a análise das diferenças regionais não envolve somente aspectos relativos à economia (embora esta seja importante). Assim, a autora recomenda observar

outros fatores como: “[...] os conflitos políticos; os jogos de interesse entre agentes sociais; o processo de construção histórica de uma dada região; a ‘especialização produtiva’ de algumas regiões no contexto brasileiro” (p. 36), entre outros que envolvem além da dimensão territorial, a questão dos direitos e serviços que remetem a construção da cidadania (LINDO, 2011 p. 35-36).

Com o objetivo de oferecer uma melhor compreensão sobre alguns conceitos como a exclusão, ‘*apartheid*’ ambiental, Maricato (1995, p. 30) aborda a questão da ilegalidade justificando que o uso de expedientes ilegais também é utilizado em outras classes sociais sempre que conveniente. No entanto, a autora considera que havendo a ilegalidade sobre a propriedade da terra, este se torna um forte indicativo para que outros aspectos passem a ser considerados ou entendidos como ilegais, contribuindo sobremaneira para a segregação ambiental e social, tanto no espaço rural quanto urbano, embora, em tempos pretéritos a ocupação de terra no Brasil era uma forma de se conseguir a posse (BALDEZ *apud* MARICATO, 1995, p. 30).

Ao tratar dos aspectos da ilegalidade e da exclusão, Maricato (1995, p. 30-31) argumenta que a relação entre a legislação, o mercado fundiário e a exclusão se torna mais evidente nas regiões consideradas metropolitanas. A autora justifica que a população pobre se aloja nas áreas que não são valorizadas pelo mercado imobiliário e nas áreas públicas das regiões desvalorizadas como beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental, onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização.

Tratando da ilegalidade em relação à posse da terra, Maricato demonstra em sua percepção de que esta passa a ser motivo para se considerar outros aspectos como ilegais, repercutindo assim nas relações sociais que podem se refletir no desenvolvimento de atitudes de submissão envolvendo inclusive a violência física (MARICATO, 1995, p. 32).

Maricato (1995, p. 32) argumenta que a realidade se mostra bastante complexa, destacando que o Brasil se constitui de um lado numa complexidade de marcos regulatórios, enquanto o outro lado se mostra pouco atraente, revelando a falta de credibilidade nas instituições, entre outros aspectos, demonstrando com isto a falta de perspectivas para mudanças efetivas, pois,

É notável a tolerância que o Estado brasileiro, particularmente o judiciário, têm manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foram atendidos pelas políticas públicas de habitação. (1995, p. 32-33)

A maior responsabilidade sobre a legislação do solo recai sobre os governos municipais, uma vez que estes são responsáveis por ocupações ilegais no espaço urbano. Neste sentido há de se reconhecer a incapacidade destes órgãos em apresentar soluções, uma vez que:

A tolerância pelo Estado, em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por parte das camadas populares está longe de significar, o que poderia ser argumentado, uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos, já que a população aí se instala, sem contar com qualquer serviço público ou obras de infraestrutura urbana. Em muitos casos os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos, torna inviável ou extremamente cara, a urbanização futura. (1995, p. 33-34)

Desta maneira, Maricato (1995) reforça que sob uma análise superficial das cidades brasileiras evidencia-se uma relação direta entre o uso e a ocupação do solo em áreas de degradação ambiental que se dá prioritariamente pelas populações menos favorecidas, sem eximir a atuação do mercado imobiliário ou o próprio Estado através de suas obras públicas, destacando que:

O que interessa chamar atenção aqui é que grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental estão ameaçadas pela ocupação com uso habitacional pobre, por absoluta falta de alternativas. As conseqüências de tal processo atinge toda a cidade, mas especialmente as camadas populares.

Se, de um lado, o crescimento urbano foi intenso e o Estado teve dificuldades de responder às dimensões da demanda, de outro, a tolerância para com essa ocupação anárquica do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com o investimento público concentrado.

O investimento concentrado na cidade hegemônica e em megaobras viárias está coerente com a representação ideológica que desconhece a cidade real. Essa representação que toma a parte (cidade oficial) como sendo o todo, abre espaço para a manipulação da chamada opinião pública. Busca-se tradicionalmente dar visibilidade à gestão pública através de intervenções simbólicas, inclusive nas áreas sociais. Ao invés de um Plano Habitacional complexo, que leve em conta a diversidade dos aspectos urbanísticos (cortiços, áreas de risco, falta de saneamento, etc.) investe-se na construção de um conjunto habitacional "modelo" [...] ou de obras pontuais em locais visíveis [...] que, potencializados pelas campanhas publicitárias passam a ideia do todo através do símbolo. (MARICATO, 1995, p. 35-36)

Desta maneira, Maricato (1995) entende haver certo desinteresse do poder público em contribuir para a construção da cidadania, uma vez que a população pobre não é importante para o mercado imobiliário, vigorando assim os investimentos na chamada 'cidade oficial'. A autora, ao tratar da cidade como um direito de todos, argumenta que tal processo se inicia com o acesso à urbanização (habitação, luz, água, esgoto sanitário/pluvial, educação, transporte, trabalho/renda), bem como ao acesso à condição de moradia, ações que podem se concretizar na medida em que se desenvolvam ações/relações mais democráticas por parte do Estado (1995, p. 37).

Neste caso, achamos importante destacar os argumentos de Barros *et al* (*apud* LINDO, 2011, p. 36) de que “[...] a expansão econômica é condição necessária, mas não suficiente, para promover desenvolvimento humano e construir sociedades mais equitativas [...]”, sugerindo que sua concretização é necessária à atuação do Estado.

Tratando da questão da segregação e violência urbana, Maricato (1995) argumenta que habitualmente os governantes ou candidatos ao governo não costumam incluir a questão urbana em seus programas de governo, demonstrando com isto um descaso com a política urbana, constituindo-se em motivo de preocupação, uma vez que isto se revela em falta de conhecimento em relação à importância de se gerir quanto à questão do uso e ocupação do solo, bem como a falta de comprometimento para com a questão social, ambiental, uso dos recursos públicos, fatos que corroboram para o surgimento e/ou aumento da violência urbana. Assim, “queremos demonstrar que há uma relação entre forma urbana e violência, ou que a segregação ambiental não é um simples reflexo ou suporte de uma sociedade que produz e reproduz a violência, mas é parte importante de um processo que tem no funcionamento do mercado imobiliário segregador, um expediente central de exclusão. (MARICATO, 1995, p. 40)

As mudanças capitalistas promovidas e impostas pelos países desenvolvidos, segundo Maricato (1995), atingem fortemente os países não desenvolvidos, os quais a autora os denomina de “mundo periférico”. Assim, ao final dos anos 70, “o custo dessa política de coordenação dos grandes países capitalistas foi, durante uma década, pago mais duramente pelo mundo periférico, seja capitalista ou socialista” (TAVARES *apud* MARICATO, 1995, p. 41)

O processo de urbanização no Brasil se intensifica na medida em que ocorre o processo de industrialização, demonstrando com isto a intensificação do processo de exclusão social, pois, de acordo com Maricato (1995), a exclusão e a concentração andam juntas, embora tenham conotações distintas. Para a autora,

A década de 80 é marcada pelo fim do modelo desenvolvimentista adotado no Brasil a partir de 1930. Graças às altas taxas de juros internacionais incidentes na dívida externa, o Brasil passa a ser exportador de capital para os países ricos, ao lado de outros países pobres. (FIORI *apud* MARICATO). A concentração de renda se aprofunda, diminui o consumo de alimentos per capita, assim como diminui o poder aquisitivo do salário mínimo e aumenta o número de mulheres e crianças que se incorporam à força de trabalho como expediente para aumentar a renda familiar. O censo de 1991 revela um número de 3,2 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos que trabalham e estudam e 4 milhões que trabalham exclusivamente. (SCHILLING *apud* MARICATO, 1995, p. 41-42).

Considerando os dados/argumentos apresentados por Maricato (1995) relativos às desigualdades sociais presentes nos grandes centros urbanos, bem como em Lindo (2011) que se reporta às desigualdades socioterritoriais com um enfoque na discussão sobre as escalas, podemos destacar que ambas autoras abordam sobre a necessidade de políticas públicas por parte do Estado, a fim de diminuir/amenizar (já que não vemos possibilidades de superação dentro dos moldes do sistema capitalista de produção) as consequências ou intensificação do processo de exclusão no Brasil.

De acordo com Lindo (2011, p. 36-37),

A política pública está vinculada a ações do Estado, que designa certos tipos de ações para tomadas de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos a partir das relações de poder que envolvem disputas e conflitos; objetiva a transformação da realidade por meio da consolidação da democracia e garantia dos direitos de cidadania [...].

A elaboração de políticas públicas, segundo Lindo (2011, p. 36-37), exige que os governantes tenham conhecimento amplo da realidade expressa no território. Assim, a autora recomenda a sistematização e análise de dados e nos apresenta algumas interpretações que envolvem a renda, saneamento e analfabetismo que podem contribuir para o entendimento das desigualdades regionais.

De acordo com Lindo (2011, p. 39), “[...] para elaborar alguns tipos de políticas públicas, são necessários alguns tratamentos de dados que ultrapassem as fronteiras regionais, pois alguns fenômenos podem ser mais bem compreendidos quando se muda de escala”. Desta maneira, tais análises permitem a percepção das diferenças regionais, contribuindo assim para se pensar em ações diferenciadas, uma vez que suscitam reflexões dos gestores públicos sobre ‘onde agir’ e ‘como agir’ (p. 39).

Ao abordar sobre o conceito de escala, Lindo (2011, p. 43) justifica que “a conceituação de escala cartográfica, puramente matemática [...]” não dá conta de

[...] refletir a respeito de alguns fenômenos que sejam representados, pois, em alguns casos, como a questão da desigualdade social, a informação só será percebida se visualizada em um dado recorte espacial, inserido em um contexto histórico, integrada com outras informações e percebida por meio de um conjunto de relações.

A elaboração e leitura de mapas pressupõe a determinação de escala, bem como a análise dos fenômenos sugere a definição da área de abrangência, ou seja, a escala geográfica (LINDO, 2011, p. 44) o que Castro (*apud* LINDO, 2011, p. 44) atribui ser

[...] a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção da natureza deste espaço e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado [...].

Desta forma, Lindo conclui “[...] que, além de a desigualdade determinar uma forma de organização e apropriação do espaço, é também um fenômeno complexo, cujas escalas de percepção/concepção ‘apontam para mudanças de conteúdos e de sentido do próprio fenômeno’” (LINDO, 2011, p.44-45).

A partir disso, compreende-se que a questão da escala é fundamental para conferir maior ou menor visibilidade às particularidades das desigualdades sociais. Assim, Lindo (2011, p. 46) afirma que “[...] a visibilidade dos fenômenos geográficos se altera de acordo com as possíveis e diversas formas em que eles são observados”, fato que contribui para que “[...] as desigualdades sociais (bem como a exclusão social) podem e devem ser analisadas em diferentes escalas geográficas”.

Ao tratar das desigualdades na escala local, Lindo (2011, p. 46-47) justifica que tais análises podem contribuir para a tomada de decisões públicas ou mesmo aprimorar ações já existentes, entendendo:

[...] que os fenômenos, processos e estruturas mudam se mudamos a óptica e/ou nível de análise da informação.

Nas cidades, observamos as desigualdades pela qualidade de vida dos moradores e pelas paisagens urbanas que se diferenciam. Inseridas em um sistema complexo, observamos as desigualdades nas formas e nos conteúdos particulares, cuja inserção encontra-se no espaço geográfico. Portanto, é na escala local que a face do processo de desigualdade se torna mais evidente: é o fenômeno de exclusão social. (LINDO, 2011, p. 46- 47).

Lindo (2011) reforça seus argumentos sobre a importância da escala justificando que:

[...] para melhor apreender determinados processos da desigualdade social, é necessário sair da escala nacional para a local, pois é nessa escala que apreendemos os aspectos visíveis (padrão espacial), as atividades desenvolvidas, a natureza social, econômica e política, as ações da sociedade e, por consequência, é a escala na qual sentimos, vivemos e entendemos os processos multidimensionais da exclusão social (LINDO, 2011, p. 49).

Ao refletir sobre o conceito de exclusão social, Sawaia (*apud* LINDO, 2011, P. 50) considera que esta “[...] é um processo complexo e multidimensional que envolve dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas”, pois, “não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros [...]’ e é produto do funcionamento do sistema”.

Para Costa (*apud* LINDO, 2011, p. 50), “[...] ‘as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço, nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades, e até de atividades econômicas”’.

Neste sentido, Lindo (2011, p. 51) chama a atenção para a importância da

[...] questão territorial para o entendimento do fenômeno de exclusão social”, pois, “o uso do território, para além da localização de pessoas, grupos e processos sociais ajuda a apreender o espaço de produção e reprodução de relações sociais concretas que adquire visibilidade a partir das desigualdades nele presentes.

Muitos trabalhadores perderam seus empregos e passaram a ter dificuldades de encontrar uma nova oportunidade de trabalho no mercado devido às mudanças advindas do novo modelo capitalista de produção fordista e pós-fordista que exige cada vez mais especializações e tecnificações. Assim, em meados dos anos 80 a paisagem das grandes cidades brasileiras começa a dar sinais da intensificação de alguns problemas sociais em decorrência do desemprego (processo de exclusão), como o aumento considerável “[...] de mendigos, moradores de rua e crianças abandonadas [...]”. (MARICATO, 1995, p. 42)

Da mesma forma, Maricato (1995) argumenta sobre o crescente aumento da violência urbana, referindo-se nesse caso

[...] à violência expressa através da criminalidade, em particular nos homicídios, mas é necessário lembrar que constitui expressão de violência a exclusão econômica, social, cultural, legal e ambiental da qual viemos tratando até agora. Numa sociedade tão desigual o conceito de violência está frequentemente ligado à delinquência proveniente dos marginais ou dos mais pobres. Trata-se de um conceito classista de uma sociedade que prioriza a defesa do patrimônio individual antes de priorizar por exemplo a integridade do trabalhador ou da criança. (1995, p. 42).

O conceito de violência implica na compreensão de vários fatores, tal como expresso anteriormente por Maricato (1995). Assim, a autora se propôs a analisar a violência urbana considerando algumas pesquisas que mostram indicadores mais pontuais, e em suas conclusões aponta que “o Censo de 1991, confirma o que todos os levantamentos locais e regionais mais detalhados apontam: o sensível aumento da violência e o que é mais notável, a elevação do número de mortes de crianças e adolescentes assassinados”. A autora também destaca que o aumento da violência urbana não é uma característica exclusiva das grandes cidades brasileiras, lembrando que os indicadores de algumas capitais de médio porte já apresentam alguns sinais que merecem ser considerados. (1995, p. 43-44)

Considerando as análises de Maricato a respeito do conseqüente aumento da violência urbana envolvendo os vários aspectos, consideramos de fundamental importância a necessidade de ações mais pontuais, sendo que neste caso, consideramos a necessidade de o Estado repensar as políticas públicas já existentes, bem como avaliar possibilidade/necessidade de incrementá-las.

Com a pretensão de melhor compreender a relação entre território e poder sob o viés das relações sociais, Lindo (2011, p. 60-61) se propõe abordar a questão das políticas públicas, entendendo-a como “[...] o meio de o Estado intervir em questões sociais expressas

pelo conjunto de desigualdades (re)produzidas pelas contradições do modo capitalista de produção e conseqüentemente pelas relações sociais”.

Sendo que a elaboração de políticas públicas para o combate às desigualdades compete ao Estado, Lindo (2011, p. 61) o considera como um processo que:

Vinculado ao espaço por meio das relações complexas que envolvem a produção de um espaço social, político, econômico, associado a um conjunto de leis e convenções sustentadas por valores. Deve ser concebido como forma histórica, envolvido com relações de poder em que conflitos de diferentes grupos de interesse se apresentam e se embatem – incluindo os grupos que representam o próprio Estado -; também é agente, sendo uma das suas funções situar-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais e promover o bem-estar da sociedade.

Neste sentido, Maricato (1995) faz um alerta de que também “[...] a exclusão ambiental é parte do processo de exclusão como um todo [...]”, ou seja, a exclusão envolve questões sociais, culturais, econômicas, políticas e também ambientais. Exemplificando, a autora lembra que “a violência também discrimina os moradores por renda, local de moradia e nível educacional [...]”, pois,

Se você é branco, próspero, instruído, provavelmente mora em uma região da cidade em que é raro o crime de morte. Para pretos e pardos, do sexo masculino, jovens entre 18 e 29 anos, pobres, residentes em áreas caracterizadas pelo baixo índice médio de escolaridade, os riscos se elevam e a situação pode chegar a ser grave (ISER *apud* MARICATO).

[...] as áreas de menor nível de escolaridade apresentam maior número de vítimas. (1995, p. 45-46)

Segundo Lindo (2011, p. 61),

Para conseguir resultados e garantir os direitos dos cidadãos, o Estado precisa desenvolver ações e atuar em diferentes áreas, tais como educação, saúde, meio ambiente, planejamento urbano, entre outros. Os benefícios desse processo para o alcance dos direitos sociais serão tanto maiores quanto mais possibilidades houver de proporcionar a satisfação básica de alimentação, saúde, educação, moradia, saneamento básico, lazer etc. aos cidadãos. Daí a importância das políticas públicas como estratégias de distribuição/redistribuição de riquezas e de inclusão social.

Existem diferentes possibilidades para se pensar políticas públicas, uma vez que seu conceito é um tanto abrangente, segundo Lindo (2011, p. 62-69). Assim, a autora centra suas análises em três aspectos: “[...] a política pública por meio dos conteúdos, processos e instituições; os ciclos ou fases da política pública; a política pública como esfera de lutas e busca de construção de direitos” (p. 62-63). A autora conclui que:

A política pública: 1. está vinculada a ações do Estado; 2. é o conjunto de ações promovidas pelos agentes sociais a partir de relações de poder que envolvem disputas e conflitos; 3. envolve um fluxo de decisões que levam a ações ou ‘não ações’, preventivas e/ou corretivas; direcionadas para gerar e manter o equilíbrio social; 4. objetiva a transformação da realidade por meio da consolidação da democracia; 5. visa ampliar e efetivar os direitos de cidadania, respondendo às demandas de segmentos sociais em situação de vulnerabilidade e exclusão social. (LINDO, 2011, P. 69).

A exclusão social, segundo Maricato (1995), está relacionada à ilegalidade generalizada, ou seja, ilegalidade na moradia, nas relações de trabalho, na ação da polícia, bem como “desconhecimento de tribunais para a resolução de conflitos, além da impunidade”, considerando também a ausência do Estado, bem como quando sua ação se dá de forma repressora, paternalista, ou clientelista (MARICATO, 1995, p. 46).

O processo de elaboração e execução de políticas públicas, segundo Lindo (2011, p. 70-71), envolve diversas fases, que na prática, para se efetivarem, precisam estar interligadas. As fases, segundo a autora consistem:

[...] na identificação e delimitação de problemas sociais, determinação de possíveis alternativas para sua solução, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades; [...] a formulação, compreende a seleção e especificação de alternativa considerada mais conveniente, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo, financeiro e legal [...]; a implementação, é o processo de atuação política. [...] pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la, é a sua realização; [...] a avaliação consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade [...].

Neste sentido, Maricato (1995, p. 47) mostra-se bastante crítica referindo-se a atuação dos economistas que assessoram os governos, pois em suas percepções, constata que há falta de conhecimento e interesse em relação ao espaço, território e recursos ambientais. Da mesma forma a autora demonstra sua preocupação pelo descaso por parte das muitas instituições públicas brasileiras ao trabalho informal (que a autora chama de deseconomias) “[...] e problemas advindos do uso e ocupação irregulares”, pois considera que estes aspectos também precisam ser superados a fim de rompermos com essa relação que se mostra fortemente marcada pela cultura colonialista (1995, p. 47).

Abordando sobre a política social, Lindo (2011, p. 71) a entende como:

[...] uma política pública condicionada pela demanda existente e pelo contexto histórico no qual emerge; um meio de os cidadãos acessarem recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da realidade política, econômica, social, cultural e ambiental.

Podemos considerar que a Constituição Federal brasileira de 1988 foi um salto qualitativo no que diz respeito às políticas sociais, embora tenhamos de reconhecer que “a realidade da assistência social no Brasil” ainda apresenta sérios problemas, pois “na prática, o compromisso entre o Estado e a sociedade para a criação de condições dignas de vida não se efetiva de modo homogêneo, e a cultura da elite que tutela o carente ainda se mantém em muitos territórios”. (LINDO, 2011, p. 71-72)

Mas, de todo modo, houve mudanças significativas e Lindo (2011) reconhece essas mudanças, contudo, ressalta que:

Para apreender a realidade sob os princípios desse novo paradigma, é necessário uma aproximação ao cotidiano das pessoas, pois é na escala do cotidiano que as dimensões da exclusão social se manifestam. Daí se faz necessário relacionar as pessoas, os grupos sociais e os cidadãos em seus territórios. (p. 82)

Entendemos como exemplar os apontamentos de Maricato (1995, p. 47) de que as complexidades relativas à ocupação do solo mostram-se mais acentuadas nas regiões metropolitanas, considerando como irracional tal forma de ocupação, uma vez que envolve um elevado número de pessoas em baixas condições socioambientais. No entanto, a autora compreende que tal aspecto se mostra como racional dentro da lógica mercadológica, apresentando-se carregada de contradições, considerando ser “impossível separar ambiente construído e sociedade”, uma vez que o espaço é mediado sob a lógica do capital, nele se revelando as relações de poder. Para Lefebvre (*apud* MARICATO, 1995, p. 47), “[...] o Estado engendra a construção de uma estrutura espacial de poder, com relações hierarquizadas, essencial à sobrevivência do capitalismo”.

“O urbanismo, que para Lefebvre é o pior inimigo do urbano, contribuiu sem dúvida para a construção de um mercado imobiliário capitalista, de relações de subordinação, de repressão, ou de segregação no espaço urbano (, 1995, p. 47).

Assim, Maricato considera que o grande problema está relacionado às normas jurídicas relativas à propriedade imobiliária, o que de fato não contribui para a construção da cidadania, uma vez que a sociedade carente não dispõe do acesso legal para o uso e ocupação do solo, e o faz da forma que consegue, fato que corrobora com o descaso do Estado, tendo assim o agravamento da situação de violência (MARICATO, 1995, p. 47).

Da mesma forma a autora considera que as chamadas “[...] cidades do capitalismo periférico [...]” em muito se assemelham com as cidades periféricas do primeiro mundo, embora possa haver algumas particularidades. No entanto, entende que o que “[...] interessa destacar é a imbricação entre espaço, economia e sociedade no desenvolvimento da violência”. (MARICATO, 1995, p. 47-48).

Ainda com base nas reflexões desta autoria, afirma-se que a concentração de investimentos voltados para a construção de áreas urbanas de elevado padrão cercadas de estratégias de segurança corroborada pela grande mídia tem contribuído para a ocultação da cidade real, uma vez que em algumas situações, a violência também se torna um grande negócio para o mercado imobiliário. Na medida em que aumentam os investimentos em segurança e autoproteção nas áreas consideradas nobres, também aumenta a quantidade de pessoas que se aglomeram nas áreas periféricas, pois,

Trata-se do tradicional padrão de extensão da periferia sendo acompanhado agora também por um sensível adensamento, apesar da ausência de serviços urbanos satisfatórios entre os quais se inclui o transporte”.

Levantamentos sobre o congestionamento habitacional mostram aquilo que qualquer observador menos atento pode perceber: o adensamento das áreas de favelas, especialmente as melhor localizadas e dos loteamentos periféricos cujas edificações ganharam a configuração de cortiços, antes quase restritos à área central. Esse adensamento se dá com pouca ou nenhuma verticalização e com a ocupação quase total do solo, com estreitas passagens para a circulação de pedestres. As áreas livres e institucionais dos loteamentos são frequentemente ocupadas por favelas. (MARICATO, 1995, p. 48-49)

Analisando “alguns distritos de São Paulo que apresentam maior ocorrência de violência [...]” Maricato revela que os dados relativos “[...] a saúde, renda, congestionamento habitacional, ocorrência de favelas e analfabetismo ou baixa escolaridade [...]” aprofundam a compreensão quanto à segregação. Após realizar alguns comparativos envolvendo dados sobre a renda, instrução e padrão residencial, justifica que muitos destes distritos demonstraram elevada taxa de óbitos por homicídio, bem como ressalta que:

Não é apenas mera coincidência encontrar a maior parte desses nomes de locais nas relações que medem as maiores taxas de analfabetismo, as maiores taxas de mortalidade proporcional em menores de 1 ano de idade, a maior proporção de população morando em favelas, as maiores taxas de congestionamento habitacional, e finalmente as mais altas taxas de homicídio [...]. [...] constata-se que nossa sociedade produz verdadeiras "bombas sócio-ecológicas", ou regiões que reúnem os piores indicadores sócio/ econômico e ambientais, que são resultado da desigualdade e da segregação espacial. (1995, p. 49)

Estabelecendo uma análise da metrópole paulista com relação a acessibilidade/deslocamento dos moradores das áreas periféricas, Maricato argumenta que há um desperdício de tempo aliado a elevados custos atribuídos ao processo de isolamento em que vivem e a precariedade do transporte coletivo. Desta forma, “A imobilidade de tão grande número de pessoas leva a cidade a se tornar um conjunto de guetos e transforma sua fragmentação em desintegração” justificando que a metrópole de São Paulo apresenta um elevado número de pessoas que se locomovem em carros individuais, distinguindo-se das metrópoles de primeiro mundo e se assemelhando com Caracas (SANTOS *apud* MARICATO, 1995, p. 50).

A autora, ao referir-se à concentração homogênea de pobres e seu isolamento, coloca que isto está diretamente atrelado à ausência do Estado para com as políticas habitacionais, lembrando que tal característica não é exclusividade do Brasil. As políticas habitacionais brasileiras historicamente são consideradas como “[...] demagógica, dispendiosa e ineficaz [...]”, pois não apresentam solução para os problemas sociais existentes, destacando que junto de outros problemas de segregação, ajudam a agravar as questões relativas ao conflito e violência, uma vez que sua superação exige significativos investimentos nas questões

ambientais aliados a programas de emprego e renda (MARICATO *et al. apud* MARICATO, 1995, p. 50-51)

2.3. Algumas considerações

Assim como o trabalho de Lindo (2011), entendemos que numa escala nacional o fenômeno da exclusão se mostra ofuscado em virtude do tamanho da área de abrangência em relação ao fenômeno abordado. Entretanto, o mesmo fenômeno analisado numa escala local (escala maior em detalhamento) evidencia o processo de exclusão e suas particularidades cotidianas.

Na perspectiva da análise das desigualdades sociais, a partir das grandes cidades, embora ela se mostre sob outro ângulo, demonstra uma profunda relação com a escala local, uma vez que as desigualdades se evidenciam quando analisamos os bairros localizados na sua periferia.

Temos assim duas formas de análise que nos apontam para o processo de exclusão, sendo que uma vai considerar o problema a partir do território e chamando a atenção para a necessidade do Estado atuar, ou seja, aprimorar ou desenvolver novas políticas públicas para prevenir e/ou solucionar o problema. De outro lado, temos a abordagem do processo de exclusão considerando as grandes cidades (metrópoles) e suas periferias, dizendo que embora o Estado saiba do problema, mostra-se ineficiente na elaboração e execução das políticas públicas, tanto para a resolução dos problemas como na sua prevenção.

Lindo (2011) trabalhou com as diferentes escalas da desigualdade social como fenômeno e ela identificou que a exclusão na escala local é onde a desigualdade aparece desnudamente, muito diferente de quando o mapeamento da desigualdade é feito em escala nacional. A partir do seu trabalho pode-se inferir uma possível leitura: a escala local é reveladora de problemas que precisam ser solucionados.

Por sua vez, Maricato (1995) tem todo um discurso que faz pensar a produção da exclusão social numa escala metropolitana, mas, já revelada, sem “enganos cartográficos” entre o nacional e o local, ou, no caso, o metropolitano. Duas autoras que, aparentemente, apresentam o mesmo problema sob ângulos diferentes, é como se Lindo (2011) dissesse que é preciso ter política pública e o Estado precisa melhor identificar os territórios e a Maricato (1995) dissesse que o Estado já sabe dos problemas, mas, simplesmente não age em função de intenções outras que não sejam resolver o problema dos pobres na cidade, num contexto em

que as moradias ilegais estão ali porque o próprio Estado funciona como agente da desigualdade social.

Entendemos que a geografia pode ter força no centro dessas discrepâncias entre política, economia e dinâmicas sociais para solucionar o problema das desigualdades sociais. A comparação das duas autoras mencionadas foi de fundamental importância para pensar a questão da desigualdade sob diferentes perspectivas, mas, complementares e, algo que pudemos perceber, sempre um grande direcionamento da leitura espacial pelo enfoque do território.

Com o nosso trabalho, gostaríamos de acrescentar outra forma de entendimento das desigualdades sociais: a paisagem.

Em complemento à abordagem de Lindo (2011): a paisagem pode colaborar para perceber as particularidades das necessidades cotidianas de grupos espacial e economicamente excluídos nas periferias urbanas;

Em complemento à abordagem de Maricato (1995): a paisagem pode colaborar para visibilizar a ilegalidade das ocupações e suscitar o aprofundamento desse debate para que o Estado não passe (intencionalmente?) despercebido diante desse necessário enfrentamento.

CAPÍTULO III: A PAISAGEM NA/DA DESIGUALDADE SOCIOESPAIS

3.1. Notas introdutórias

Considerando que o processo de urbanização tem se tornado cada vez mais intenso demonstrando profundas desigualdades socioeconômicas, neste capítulo temos por objetivo buscar compreender como tais desigualdades se manifestam na paisagem urbana.

Embora a cidade se apresente como um lugar de oportunidades, ela também é produtora de desigualdades, uma vez que nos moldes do capitalismo, o acesso ao espaço urbano se dá através da monetarização e nem todos os indivíduos dispõem de renda suficiente para acessá-lo. Assim, um número significativo de pessoas se obriga a ocupar áreas degradadas que não são valorizados pelo mercado imobiliário.

Embora nossas reflexões se direcionem a compreender sobre os riscos e impactos a que estão sujeitas estas pessoas que vivem em áreas degradadas, entendemos ser necessário analisar as desigualdades tanto pelas condições de acesso ao espaço imóvel quanto aos bens e serviços, buscando compreender como se dá o uso e a apropriação do espaço urbano.

3.2. Desigualdade socioeconômica e paisagem

Com a pretensão de construirmos um entendimento sobre a desigualdade socioeconômica e suas manifestações na paisagem, neste capítulo buscaremos dialogar com Souza (2012) sobre os riscos e impactos de ordem socionatural que se manifestam na cidade e atingem as pessoas com baixo poder aquisitivo para se defender, enquanto Swyngedouw (2009) vai argumentar sobre a artificialização da natureza na produção do espaço urbano.

Souza (2012), tal qual Maricato (1995) e Lindo (2011), demonstra sua preocupação sobre o intenso processo de urbanização que tem suas origens na migração da população do campo em direção às cidades, ocasionando com isto uma brusca mudança de hábitos da população, atribuindo-se tal processo ao rápido desenvolvimento técnico e científico, assim, gradualmente a cidade vai se transformando num local como que um ponto por onde tudo circula, ou seja, é através da cidade que passam as informações, mercadorias e pessoas.

Quando a população tem na migração o desejo de encontrar melhores condições de vida e a cidade não a acolhe conforme seus desejos, o espaço urbano começa a demonstrar sinais de conflitos e contradições, fatores que podem ser atribuídos à falta ou ineficiência

do/no planejamento urbano, evidenciando assim as desigualdades socioeconômicas (GONÇALVES *apud* SOUZA, 2012).

Uma vez que a terra e os meios de produção também são considerados como mercadorias, nem sempre o trabalhador consegue dispor da renda suficiente para acessá-las, assim, se vê obrigado a vender sua força a quem dispõe da terra e das ferramentas para desenvolver seu trabalho. Desta maneira, quem dispõe dos meios de produção, também irá determinar a sua funcionalidade. Portanto, é desta forma que a cidade se transforma num “[...] meio ambiente geográfico [...]” que diferencia o espaço urbano de acordo com a “[...] disponibilidade monetária dos seus habitantes”, possibilitando com isto a “[...] segregação espacial [...]”. (GONÇALVES *apud* SOUZA, 2012, p. 3).

Considerando as dificuldades que alguns indivíduos encontram para se estabelecer e sobreviver no espaço urbano, podemos concordar com Souza (2012) que a cidade se revela como um local contraditório, pois ao ser considerado como “[...] um lugar para se viver bem [...]” (RATTNER *apud* SOUZA), nem todos os indivíduos têm acesso aos bens e serviços, fatos que se evidenciam na paisagem quando se observa a forma de organização do espaço (SOUZA, 2012, p. 3).

Para Souza (2012, p. 3):

A urbanização é produto e processo, tanto histórico quanto atual, das dinâmicas sociais a partir de ações que territorializam o espaço geográfico, transformando-o de acordo com os interesses de produção e reprodução dos territórios. As cidades, tendo como uma de suas tantas particularidades a aglomeração de pessoas, são importantes centros de embates de ideias e ideais, espaços privilegiados para a ou em nome de uma transformação social, nelas ‘vemos exercerem-se relações de dominação, mas também realizarem-se experiências de elaboração de conhecimento libertador’. (ASSIS, 2001, p.7) A diversidade social (leia-se como pluralidade) é, efetivamente, a maior potencialidade dos espaços urbanos.

Embora a cidade se apresente como um local de inúmeras possibilidades (diversidade), não se pode ignorar os problemas que nela se apresentam através da profunda desigualdade social, pois são fatos que podem ser facilmente percebidos no espaço geográfico seja através de um olhar ou pela análise de alguns indicadores sociais como: desnutrição, analfabetismo, saneamento básico, desemprego, criminalidade, mortalidade infantil, contaminações entre tantos outros indicadores (SOUZA, 2012).

Nas reflexões de Davis (*apud* SOUZA, 2012, p. 4) os problemas urbanos crescem tanto em extensão como em intensidade, seja ao nível local ou planetário, sempre relacionados aos aspectos político e econômico. Entretanto Souza (2012) observa haver um crescimento populacional intenso tanto nas áreas de favela como em sua direção, porém, não

se percebem ações no sentido da construção de políticas públicas que visem o bem estar social.

Davis (*apud* SOUZA) argumenta sobre a perspectiva de uma futura “[...] ‘superurbanização’ da sociedade [...]” a nível mundial, em decorrência do aumento do número da população pobre, considerando esta como uma característica do modelo econômico neoliberal adotado pela maioria das nações, pois segundo Souza (2012, p. 4) ao “[...] que demonstra a realidade atual, a sociedade está diante da possibilidade muito próxima de ter cada vez mais favelas” e com isto o aumento “[...] dos problemas de ordem socioeconômica e ecológica (SOUZA, 2012, p. 4).

Outro viés sobre a urbanização nos é apresentado por Botelho (*apud* SOUZA, 2012, p. 4) justificando que a precarização social se dá combinada a outros fatores, o que neste caso consideramos a aquisição de um espaço imóvel como uma espécie de poupança por parte da população que detêm o poder econômico, ou seja, investir monetariamente num determinado espaço pensando em obter mais renda futura (mais lucro), fato que o autor considera como “[...] consumo produtivo do espaço com o crescimento do setor imobiliário”, ou seja:

A economia capitalista, em suas flutuações, visualiza no espaço uma possibilidade de se direcionar e reter capitais nos momentos de crise. Quando ocorrem retrações da produção industrial e da reprodução capitalista com base na relação imediata produção-consumo, o setor imobiliário assume papel fundamental por sua capacidade de absorver os impactos provenientes de quedas na produção industrial. Perante a baixa produtividade e lucratividade da indústria, o capital recorre ao setor imobiliário onde, em um primeiro momento, se imobiliza na compra de lotes urbanos, por exemplo. Posteriormente, pode-se pensar no aquecimento do setor devido aos crescentes investimentos ao longo de um determinado período. A partir destas dinâmicas, os proprietários fundiários podem se manter obtendo uma renda (por meio de aluguéis, por exemplo) e/ou fazer com que os imóveis adquiridos se tornem bens móveis, transformados em títulos de propriedade monetizados e passíveis de circulação enquanto tais. (SOUZA, 2012, p. 4).

Segundo Botelho (*apud* SOUZA, 2012, p. 5) sobre a fragmentação do espaço urbano, reforçamos os argumentos anteriores de que o espaço urbano, “[...] no âmbito da economia capitalista contemporânea, ser pleno em oposições, segregações e contradições”, pois além de ser um espaço para a produção da existência humana, também se torna perversamente comercializado aos pedaços.

O espaço urbano, sob a lógica do capitalismo, expressa as dinâmicas contraditórias da cidade através da apropriação, parcelamento, comercialização e especulação fundiária, deixando de lado (mesmo que temporariamente) “[...] a porção de espaço que não é capaz de gerar mais-valia em determinado momento [...]”, sendo estas as áreas em que “[...] os pobres se concentram ou são forçados a se concentrar [...]” (SOUZA, 2012, p. 5)

Normalmente as áreas periféricas das cidades se encontram em condições precárias por que momentaneamente não interessam ao capital (Souza, 2012, p. 6), entretanto Davis (*apud* SOUZA, 2012, p. 6) aponta para um crescimento intenso do número de pessoas faveladas, em decorrência dos problemas sociais que resultam das contradições do capitalismo e suas políticas neoliberais.

Em se tratando das precariedades, Souza (2012, p. 6) entende que as desigualdades sociais podem ser percebidas tanto ao nível de renda quanto no acesso aos serviços, que são elementos relacionados entre si. No entanto, percebe-se que estes serviços “[...] não são equitativamente distribuídos entre os diferentes segmentos das populações urbanas”, ou seja, nem sempre a população tem acesso a determinados serviços ou mesmo tem sua inserção de forma muito precária. Tais dificuldades levam muitas pessoas a ocuparem áreas degradadas e enfrentar outras dificuldades como o acesso aos “[...] serviços básicos de educação e cultura e maior sujeição à distribuição espacial perversa de fatores ambientais muito mais negativos do que positivos”. (SOUZA, 2012, p. 6)

Neste sentido, Davis (*apud* SOUZA, 2012, p. 6) considera que o lugar que resta para a população pobre de grandes cidades revela-se como:

[...] local de risco e perigoso para a saúde é a definição geográfica do típico assentamento de invasores [...]. Os invasores trocam a segurança física e a saúde pública por alguns metros quadrados de terra e alguma garantia contra o despejo. São os povoadores pioneiros de pântanos, várzeas sujeitas a inundações, encostas de vulcões, morros instáveis, montanhas de lixo, depósitos de lixo químico, beiras de estradas e orlas de desertos. [...] Exatamente por ser tão perigoso e desagradável, o local oferece “proteção contra o aumento do valor dos terrenos da cidade”. (SEABROOK, 1996, p.177) Esses locais são o nicho da pobreza na ecologia da cidade, e gente paupérrima tem pouca opção além de conviver com os desastres. (DAVIS, 2006, p.127 *apud* SOUZA, 2012, p. 6)

As áreas periféricas/marginalizadas (assim consideradas pela precariedade de condições) da cidade onde está alojada a população pobre são locais por onde circulam cotidianamente muitas pessoas em suas atividades rotineiras (ir e vir do trabalho, escola, ...) (SOUZA, 2012, p. 6). Entretanto, o autor lembra que:

As pessoas ditas marginais [...] subsistem em determinados contextos urbanos nos quais suas vidas são marcadas pela resistência e/ou resignação frente à voracidade do sistema econômico e seu quadro de injustiça social, também são obrigadas a conviver com os riscos dados por ocupações comumente inadequadas em áreas de vulnerabilidade geocológica. (SOUZA, 2012, p. 6).

Ao olharmos para as cidades, precisamos vê-la não somente como um espaço de oportunidades segundo Souza (2012, p. 6), uma vez que para cada potencialidade existe algum nível de dificuldade o que Botelho (*apud* SOUZA, 2012, p. 7) chama de “[...] contradições inerentes ao espaço e à sua produção”.

Neste sentido, Souza (2012) convida à reflexão a respeito dos processos relativos ao uso e apropriação do espaço que tem entre suas consequências o crescente aumento da pobreza urbana, ressaltando também que “atenção especial deve ser dedicada quando se constata que a destruição da natureza no processo de apropriação capitalista é um postulado de contradição ao próprio crescimento econômico, afinal, natureza degradada não se converte em mercadoria...” (p. 7), fato que contribui para agravar ainda mais a situação da população pobre.

A relação da sociedade com a natureza vem mudando radicalmente no decorrer dos tempos, demonstrando uma inversão de valores, sendo que os eventos naturais continuam acontecendo de acordo com seus ciclos, no entanto, seus reflexos têm sido cada vez mais intensos em função das transformações impressas no espaço (SOUZA, 2012, 7). Para o autor:

As repercussões desta alteração de valor e significação dos acontecimentos naturais, devido às intensas transformações que a sociedade imprime sobre a dimensão natural do espaço geográfico, se tornam cada vez mais graves na medida em que as cidades, por exemplo, extrapolam para além de certos limites as áreas que se prestam para construção de moradias aos chamados invasores que, na realidade, se trata de uma parcela da sociedade sem recursos e alternativas para usufruir de locais mais valorizados pelo capital.

A urbanização acelerou-se com o passar do tempo e ampliou-se espacialmente. Ao analisarmos a forma como isto influencia as dinâmicas naturais no meio ambiente direcionamos a reflexão ao aumento da intensidade, da alternância dos ritmos e variações na duração de certos fenômenos da natureza. As cidades são pontos nodais de mudanças das características de elementos bióticos e abióticos em sistemas naturais cada vez mais artificializados. Deste modo, irrompe o pensamento ecológico muito mais do que um complemento para adentrarmos na compreensão da produção do espaço urbano. (SOUZA, 2012, p. 7-8)

Buscando elaborar um melhor entendimento sobre a produção do espaço urbano na atualidade, achamos importante agregarmos os argumentos de Swyngedouw (2009) que em suas abordagens nos convida a pensarmos a cidade como um híbrido, entendendo a cidade enquanto um real e um fictício processo que envolve uma mistura entre o natural e o social, ou seja, exige pensarmos a cidade relacionada com os processos urbanos e sociais formando uma rede de processos entrelaçados que irão se desdobrando nessa cidade híbrida. A cidade como um híbrido está relacionada com os bens naturais que a sociedade se apropria e transforma através da técnica em algo usável/útil, algo confortável e adequado para a sobrevivência no espaço urbano. Assim, a cidade se constrói envolta em contradições, conflitos e tensões, surgindo com isto o conceito de cidade ciborgue que, em decorrência das sucessivas transformações ocorridas no espaço urbano, cada vez mais surgem outros objetos ciborgues.

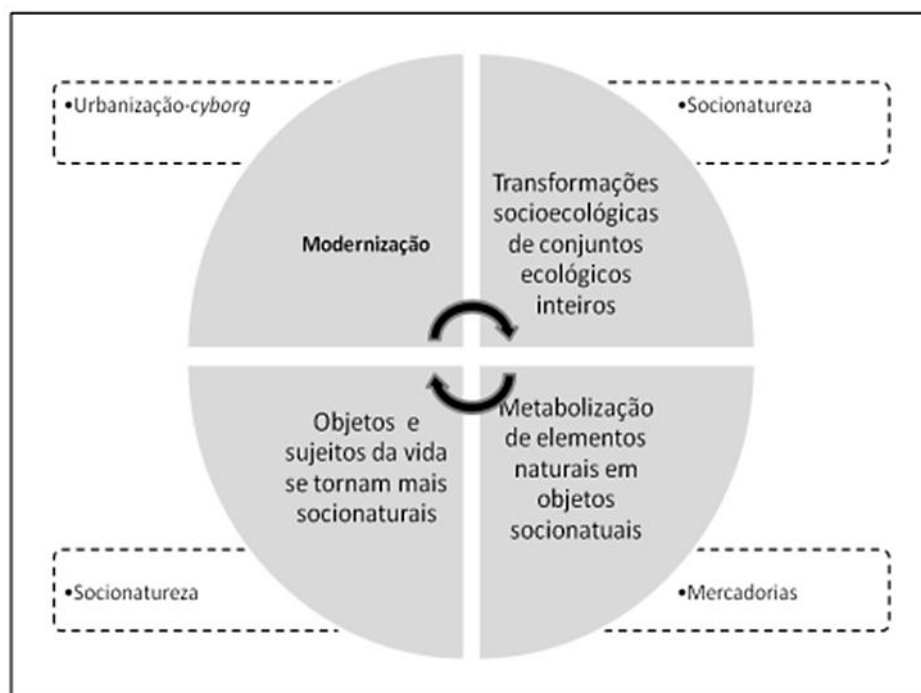
Desta maneira Swyngedouw (2009) vai argumentar sobre a relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza levando-nos ao entendimento da produção socionatural, ou seja,

compreender como a natureza é apropriada, usada, transformada pela sociedade dentro do contexto urbano. Com a pretensão de melhor exemplificar sobre a socrionatureza, o autor utiliza uma metáfora sobre a água e os processos que a envolvem para chegar até nós em condições de uso/consumo, ou seja, considera todas as relações que envolvem esse processo, como o sistema de tecnificação, purificação e comercialização. Assim, a socrionatureza pode ser compreendida como a metabolização de todos esses elementos, redes e relações.

Neste sentido Swyngedouw (*apud* SOUZA, 2012, p. 8), aponta que:

Observando mais de perto [...], a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, orgânicos. Não há nada “puramente” social ou natural na cidade, e ainda menos antisocial ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas; essa ‘coisa’ híbrida socrionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos. (SWYNGEDOUW, 2001, p.84)

Souza (2012) percebe, nas reflexões de Swyngedouw sobre o caráter híbrido das cidades, que ao se pensar a produção do espaço urbano é indispensável incorporar a dimensão da ecologia política e neste sentido o autor sugere que ao buscar compreender a urbanização e a cidade é necessário refletir sobre a economia política. Com a pretensão de oferecer uma melhor compreensão, o autor elaborou o esquema que demonstramos a seguir abordando os “[...] processos socrionaturais que envolvem a produção da cidade como um híbrido entre natureza e sociedade” (SOUZA, 2012, p. 8).



Esquema 1: Produção de cidades cyborgs. Org.: Reginaldo J. Souza. Elaborado com base em Swyngedouw (2001).

O capitalismo se desenvolve na medida em que a sociedade se apropria dos bens naturais que, através da metabolização, os transforma em natureza artificializada que são os diferentes objetos transformados em mercadorias consumidas, gerando novos lucros que são reinvestidos em novas tecnologias permitindo assim a intensificação dos processos de metabolização, gerando novas mercadorias. “Neste ínterim, a produção e as mercadorias no âmbito do sistema econômico transformam as relações entre homem e natureza e transformam as próprias relações sociais. As cidades se tornam verdadeiros sistemas que resultam de hibridações, por meio da ‘urbanização-cyborg’” (SOUZA, 2012, p. 8-9).

Considerando as relações e os processos que envolvem a urbanização enquanto um ciborgue, Swyngedouw (2009) estabelece uma analogia utilizando o exemplo de um copo de água:

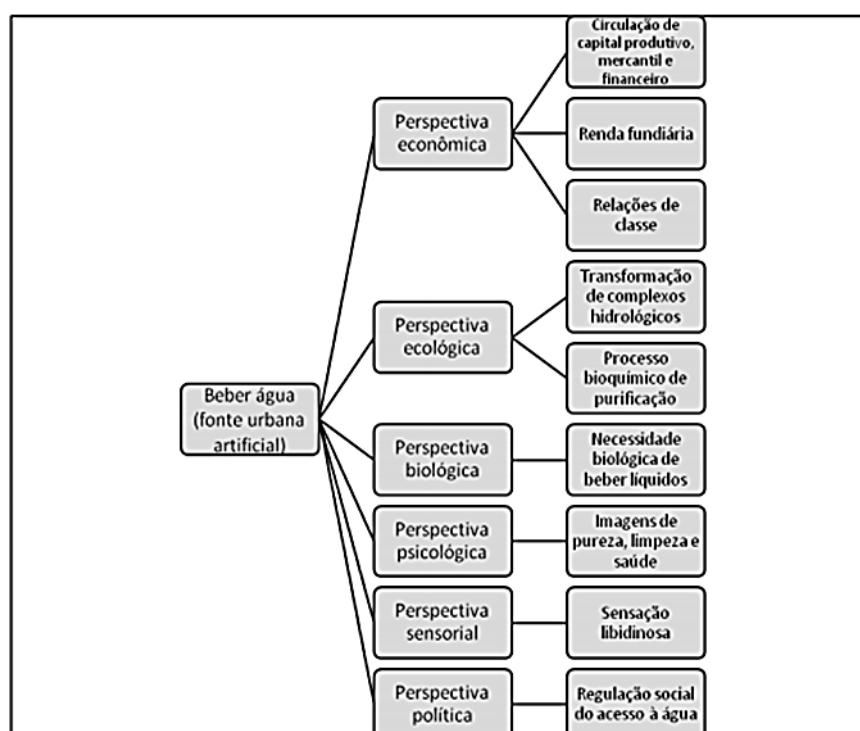
Se eu captasse um pouco daquela água em um copo, expusesse as redes que a trouxeram até ali e seguisse o fio de Ariadne através da água ‘passaria continuamente do local para o global, do humano ao não humano’ (ib., p. 121). Esses fluxos poderiam narrar muitas histórias inter-relacionadas da cidade: a cidade de seu povo e dos poderosos processos socioecológicos que produzem o urbano e seus espaços de privilégio e exclusão, de participação e marginalidade, de ratos e banqueiros, de doença de veiculação hídrica e especulação acerca do futuro e das opções da indústria da água, de reações e transformações químicas, físicas e biológicas, do ciclo hidrológico e do aquecimento global, do capital, das maquinações e estratégias dos construtores de barragens, de incorporadores do solo urbano, dos conhecimentos dos engenheiros, da passagem do rio para os reservatórios urbanos. Em suma, meu copo d’água incorporaria múltiplas histórias da ‘cidade como um híbrido’. (SWYNGEDOUW, 2009, p. 100-101)

Através das abordagens sobre a metáfora da água, Swyngedouw tem a pretensão de nos mostrar as tramas de relações que se estabelecem na produção da sociónatureza, fazendo também uma crítica sobre a carência de estudos que envolvem a temática (2009, p. 101-102).

A fim de oferecer uma melhor compreensão sobre a urbanização como um ciborgue, SOUZA (2012, p. 9-11) nos apresenta um esquema simplificado referindo-se ao exemplo de Swyngedouw sobre a água que bebemos considerando as relações e processos envolvidos até ela chegar em nossas casas, justificando as motivações desta análise:

- Permite recentrar a dimensão da natureza na compreensão da urbanização e entender as relações entre sistema econômico, modernidade, convívio-transformação-destruição dos elementos naturais e cidade;
- Em sinergia com os trabalhos de Davis (2006) e Botelho (2007), anteriormente citados, é-nos possível concatenar elementos teóricos que ampliem o ângulo de visão sobre as questões ambientais em espaços urbanos marcados pela precariedade das condições de sobrevivência, pois:
 - A pobreza (que já é um problema em si) tem uma relação direta com certos problemas de ordem ambiental que se manifestam nas cidades cuja organização territorial deixa a desejar em termos de garantia da cidadania e qualidade de vida dos seus habitantes, sendo mais eficiente na garantia da otimização dos fluxos econômicos de acordo com os interesses de grupos específicos;
 - A incorporação, muitas vezes acoplada aos interesses de especuladores, tem enorme parcela de responsabilidade na desintegração social de grande parte da

população sem recursos, ao passo que literalmente lança grande contingente de pessoas sobre ambientes inadequados para ocupação do ponto de vista geoecológico; - Além do mais, este foco no caráter socionatural da urbanização permite refletir sobre a transmutação das desigualdades sociais em possíveis riscos que venham afligir a população pobre das cidades ou que já tenham se realizado na forma de impactos que afetam a saúde física e mental das pessoas ou até mesmo venham levá-las à morte (escorregamentos de encostas, enchentes, contaminações, precariedade ou ausência de serviços que garantam boas condições sanitárias, entre outros).



Esquema 2: Exemplo de processos socioecológicos que se corporificam na vida urbana. Org.: Reginaldo J. Souza. Elaborado com base em Swyngedouw (2001).

Estabelecendo uma nova análise sobre a cidade como um *cyborg*, Souza (2012) se propõe a analisá-la numa perspectiva socionatural a fim de refletir sobre os riscos a que estão expostas as populações que vivem na periferia das cidades. Neste sentido, o autor procura compreender a socionatureza considerando as questões econômicas, políticas e culturais que agem no processo de hibridação entre o social e o natural, lembrando que a existência humana enquanto sociedade depende da natureza (ar, água, alimentos, habitação,...), entretanto, a natureza existe e se reconstitui independente da presença humana (sem que se considere que provavelmente ela será melhor sem a presença do elemento humano).

Ao tratar sobre o processo de hibridação entre o natural e o social, Souza (2012, p. 11) faz um alerta de que a natureza varia de acordo com o espaço e tempo, cada qual com suas especificidades, bem como possui seu ciclo natural. Neste sentido o autor observa “[...] que a ideia de hibridação possa fazer sentido quando conseguimos compreender os impactos provocados pela sociedade na natureza pelo advento do capitalismo”, ou seja, a sociedade ao

intervir no espaço precisa ter consciência de que a manutenção da natureza reflete na manutenção da vida como um todo, pois embora a sociedade demonstre certa capacidade de dominar a natureza, esquece que não pode controlá-la. Assim, as contradições se evidenciam quando compreendemos que:

[...] a sociedade tem esta capacidade de transformar os elementos naturais de maneira aparentemente irreversível, mas não a natureza enquanto totalidade. Porém, mesmo que as alterações não sejam totais, elas representam o comprometimento da manutenção da vida humana e da reprodução da sociedade (do ponto de vista econômico, político e cultural). Portanto, hibridar o social ao natural ou vice-versa faz todo sentido sob o prisma humanista. Com enfoque sobre a importância de se promover uma cultura conservacionista com preocupações direcionadas ao homem biológico e ao homem social.

Considerando que tanto a sociedade quanto a natureza ocupam o mesmo espaço geográfico embora demonstrando conflitos, Souza (2012) aponta para a urgência em se superar pontos de vista. É preciso perceber a dualidade entre uma natureza enquanto fonte de riquezas com suas limitações e buscar compreendê-la enquanto natureza recursos, evitando com isto resultados catastróficos que podem atingir inclusive a natureza que foi artificializada. Para Souza (2012, p. 11) “os homens estão na natureza e a natureza está nos homens”, fato que se evidencia na “[...] produção do espaço urbano, sendo as cidades o resultado desta fusão mesmo quando a natureza já se fez artificializada”.

Neste sentido SOUZA (2012, p. 12) apropria-se do conceito de transfiguração da natureza, conceito utilizado por Suertegaray que neste caso refere-se a artificialização, considerando que nos tempos atuais encontra-se facilmente perceptível no espaço geográfico, sendo que no espaço urbano se mostra profundamente didático, pois, uma vez que os elementos da natureza foram apropriados pela sociedade encontram-se descaracterizados no espaço urbano, suas dinâmicas muitas vezes impactam a vida de pessoas principalmente as menos favorecidas.

Segundo Swyngedouw (2009):

A circulação da água produz uma geografia física e uma paisagem material, mas também uma paisagem simbólica e cultural de poder. A paisagem aquática é uma paisagem fronteira, para usar o léxico de Zukin (1991), em que o caráter ciborgue de transgressão entre a socionatureza e a sociedade da natureza é constantemente esvaziado, preenchido novamente e transformado (Keil, 1994). Essa circulação de água encaixa-se e internaliza uma série de múltiplas relações de poder associadas a recortes étnicos, de gênero e de classes (Swyngedouw, 1995^a). Essas relações de poder situadas, por sua vez, giram e operam numa variedade de níveis inter-relacionadas de escala geográfica, levam a escala do corpo além da ecologia política da cidade, alcançando a escala global de desenvolvimento desigual. Enquanto é captada, purificada, metabolizada bioquimicamente para se tornar água potável ‘urbana’, a água é simultaneamente homogeneizada, padronizada e transformada numa mercadoria com as qualidades reais/abstratas homogeneizadas pelo poder da moeda em seus múltiplos significados simbólicos, culturais, sociais e econômicos. (SWYNGEDOUW, 2009, p. 113-114).

Com o objetivo de retomar as reflexões relativas aos problemas sociais como a pobreza e o aumento da ocupação de áreas impróprias para a moradia nas cidades, Souza (2012) se propõe a refletir sobre os elementos que envolvem a apropriação do solo e suas consequências. Para Singer (*apud* SOUZA, 2012, p. 12):

[...] a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc... Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo. (SINGER, 1978, p. 33-4 *apud* SOUZA, 2012, p. 12)

De acordo com Souza (2012), é possível perceber que o solo urbano é manipulado de várias maneiras a fim de tornar-se cada vez mais rentável, pois além de ser tratado como propriedade privada, o setor imobiliário articula para que as políticas públicas sejam desenvolvidas a fim de torna-lo ainda mais valorizado. Para o autor, uma vez que a população pobre não tem condições para pagar por uma parcela do solo, se obriga a ocupar espaços que lhe tornam sujeitas:

[...] à intempéries, inundações, aos deslizamentos, desabamentos, soterramentos, afogamentos etc., sem abrir mão de mencionar as contaminações por detritos orgânicos e inorgânicos que muitas vezes se fazem presentes nestas áreas pela ausência de serviços sanitários básicos e/ou pela proximidade às fontes poluidoras (uma indústria química ou um depósito de lixo, por exemplo). (SOUZA, 2012, p. 12)

Souza (2012) também destaca que apesar de suas reflexões terem como foco evidenciar os problemas enfrentados pela população pobre das cidades, considerando as cidades com maior concentração de pessoas com baixa renda, vivendo em condições degradantes, uma vez que não tem condições de pagar por um espaço habitável, outras áreas também podem ser afetadas. Assim, quando um evento natural (chuvas, vendaval, granizo) acontece, a população residente na periferia fica diretamente impactada em consequência dos desmoronamentos, alagamentos, soterramentos, contaminações uma vez que ocupam áreas de risco, transformando-se assim em verdadeiros desastres sociais. Entretanto,

[...] as cheias, por exemplo, afetam tanto o centro quanto a periferia. Fazem ruir tanto moradias modestas quanto prédios históricos. Arrastam carros importados e motocicletas. Basta que haja impermeabilização do solo associada às áreas de

vulnerabilidade – a planície de inundação, o córrego canalizado, vertentes circundantes desmatadas...” (SOUZA, 2012, p. 13)

Ao tentar compreender os fatores que contribuem para que um número significativo de pessoas seja fortemente atingido por eventos naturais, Souza (2012) faz alguns apontamentos como: 1) a propriedade privada do solo organiza o espaço com base no poder aquisitivo das pessoas, provocando com isto uma ocupação desigual; 2) ausência ou inadequação de políticas públicas em relação ao ordenamento territorial; 3) preservação da natureza enquanto uma mercadoria; 4) a sustentabilidade é tratada com a finalidade de se obter maiores lucros; 5) deficiência cultural sobre o conceito de hibridação sociedade e natureza. Segundo o autor, o trabalho interdisciplinar se mostra como uma possibilidade para se desenvolver a inclusão cultural visando a superação da exclusão a que está sujeita significativa parcela da sociedade.

Entretanto, Souza (2012) considera que a cidade é produtora de potencialidades, embora nela os conflitos possam ser percebidos com maior intensidade dada a aglomeração, em contrapartida nela se encontra a diversidade ampla que favorece a construção de novos conhecimentos visando o bem viver. Segundo o autor, a cidade deveria ser para além de um espaço em que se aglomera uma quantidade significativa de pessoas (diversidade), também ser um local em que as pessoas pudessem melhor compreender sobre a importância de melhor gerir quanto ao “[...] uso da terra, energia e recursos da natureza” que são fundamentais para se pensar a possibilidade da existência da cidade ideal, embora isto ainda se mostre como uma utopia.

Como já observado, o atual processo de urbanização se mostra incapaz de resolver os problemas ambientais, pondo em risco tanto a sociedade quanto a própria natureza, fundamentais para seu bom funcionamento, pois segundo Souza (2012, p. 14), “[...] na cidade, o híbrido socionatural parece uma disjunção insolúvel”, ou seja, a sociedade se apropria da natureza, mas ao mesmo tempo a despreza e neste sentido achamos oportuno observar que o ser humano se posiciona de forma tão arrogante que nega a si próprio enquanto ser pertencente e dependente desta natureza. Segundo o autor:

[...] enquanto as perspectivas de planejamento territorial, análises de impactos e incorporação destas análises ao planejamento não dão respostas aceitáveis e promovem ações eficientes, o “cyborg enferrujado” se esfacela”. A ironia subjacente a este processo é o fato de as engrenagens do cyborg decadente continuarem funcionando, ainda alimentadas pelo combustível da fruição dos lucros, acentuação da desigualdade socioeconômica e dos riscos e impactos socionaturais a ela relacionados. (SOUZA, 2012, p. 14)

Ao se referir a riscos, Souza (2012, p. 14) justifica que suas reflexões tem a finalidade de analisar as “[...] possibilidades de perigo que a sociedade, de modo geral, está sujeita em

relação a eventos nos quais algumas dinâmicas da natureza, profundamente alteradas pelas ações da sociedade, podem causar danos materiais para as pessoas”. Da mesma forma o autor observa que os eventos recorrentes apesar de serem processos naturais (pois a natureza tem seus ciclos), tornam-se cada vez mais graves em decorrência das alterações promovidas pela própria sociedade, ou seja, são “[...] resultados diretos de mecanismos econômicos e políticos movidos por agentes pouco ou não totalmente preocupados com questões ambientais (entre sociedade e natureza)”, revelando assim que ‘a ganância de poder do ‘progresso’ técnico-econômico se vê eclipsada cada vez mais pela produção dos riscos’ (BECK, 1998, p. 19 *apud* SOUZA, 2012, p. 14).

Considerando as reflexões sobre a intensificação dos problemas sicionaturais nos tempos atuais, Souza (2012) argumenta que estes tendem a se ampliar e intensificar na medida em que ocorrem mudanças econômicas e políticas, se revelando como uma característica do capitalismo moderno. O autor também pontua que os riscos sicionaturais a que estão sujeitas as pessoas de baixa renda moradoras em áreas periféricas e motivado por um modelo econômico e político de exclusão e segregação, tornam-se cada vez mais potentes pela impotência da população afetada uma vez que não dispõe de “[...] recursos financeiros para habitar em outras áreas da cidade, distantes de escorregamentos, desmoronamentos e enchentes, por exemplo” (p. 15).

Assim, o modelo capitalista de produção do espaço urbano se mostra como produtor de grandes desigualdades sociais e ambientais, uma vez que o modelo de produção transforma tudo em mercadoria e neste caso nos referimos ao solo urbano e o acesso aos serviços básicos onde uma parcela significativa da população não tem acesso uma vez que não dispõe de poder aquisitivo.

3.3. Algumas considerações

O crescente processo de urbanização tem demonstrado cada vez mais suas contradições e conflitos, tendo no espaço urbano a reprodução das desigualdades socioeconômicas como resultado da ausência ou ineficiência de planejamento urbano. A produção das desigualdades está diretamente relacionada com o capitalismo baseado no modelo econômico e político neoliberal que tem como princípios a produção de mais lucros.

Considerando que o acesso ao espaço urbano se dá mediado pela moeda e que nem todas as pessoas dispõem de uma renda para acessá-lo, estas então vão ocupar espaços que não interessam (mesmo que momentaneamente) ao mercado imobiliário, ou seja, ocupam

áreas degradadas, espaços públicos ou imóveis abandonados. É crescente o número de pessoas pobres ocupando áreas inadequadas à moradia e o problema da renda não é a única dificuldade que enfrentam, pois habitualmente as áreas periféricas também apresentam dificuldades de acesso aos serviços urbanos que são os serviços básicos como saúde, educação, transporte, lazer etc.

Os problemas urbanos crescem tanto em extensão como em intensidade, aumentando o número de moradores favelados, bem como a área em seu entorno, sendo que tais fatores estão diretamente relacionados a questões de ordem socioeconômica, embora não podemos deixar de considerar a correlação aos problemas de ordem ecológica. A população pobre ao ocupar áreas degradadas está mais diretamente sujeita aos riscos e impactos sicionaturais, como os desmoronamentos, deslizamentos, enchentes, problemas de contaminação e isto tem profunda relação com a economia e a política.

A sociedade tem como postulado a apropriação e transformação da natureza enquanto uma mercadoria em busca de maiores lucros, entretanto, na medida em que transforma a natureza, também são transformadas as relações sociais. A forma como a sociedade vem se relacionando com a natureza demonstra certo desejo em dominá-la, no entanto, a natureza se mostra incontrolável e continua se desenvolvendo conforme seus ciclos. Quando um evento natural se manifesta, muitas vezes seus reflexos são desastrosos ou catastróficos. No entanto, no espaço geográfico, consideramos importante ressaltar que os eventos são sempre sicionaturais, mas, os desastres ou catástrofes prejudicam apenas as pessoas, principalmente as menos favorecidas.

Uma vez que a sociedade e a natureza conformam o mesmo espaço, embora demonstrando seus conflitos e desequilíbrios, é chegada a hora de repensar a forma como se relacionam, uma vez que a artificialização está ponto em risco a vida como um todo. Uma forma equilibrada de se relacionar com a natureza sugere vê-la enquanto fonte de riquezas, não somente enquanto fonte de recursos a fim de evitar catástrofes envolvendo inclusive a natureza artificializada.

Então, consideramos que a valorização do entendimento de toda esta problemática através da abordagem paisagística pode ser algo a se considerar pelas diferentes perspectivas que tratamos no primeiro capítulo.

Em primeiro lugar, a paisagem de cunho geossistêmico, conforme os postulados de Bertrand, permite dimensionar as dinâmicas do mundo natural nas cidades. O planejamento urbano deve levar em conta que as construções se dão sobre uma base naturalista que não é

estática, pelo contrário, as dinâmicas da natureza fluem constantemente e isso se distancia de qualquer ideal sobre a natureza como algo equilibrado.

Do ponto de vista de uma perspectiva paisagística construída sobre as bases da geografia humanista, a dimensão sensível e subjetiva pode ser valorizada na medida em que as áreas degradadas das cidades sejam vistas como, muitas vezes, ausentes de paisagem. Ou, ainda mais grave, ausentes da paisagem. No primeiro caso, referimo-nos à falta de políticas e ações que visem o seu embelezamento estético – que não se trata somente de buscar a melhoria da forma, mas, também, das relações econômicas, políticas e culturais que priorizem a qualidade de vida como um direito de todos.

No segundo caso (as áreas degradadas ausentes da paisagem), referimo-nos à intencional invisibilização da precariedade como uma estratégia de dominação social. Isso levanta a necessidade de um repensar ético para as relações humanas. Logo, a paisagem pode permitir esse reencontro da cidade com sua sociedade, a paisagem possui uma dimensão política, isso será discutido no próximo capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo que foi discutido sobre a importância da categoria paisagem na geografia, destacamos a importância de se pensar a paisagem para além da aparência e do estático, ou seja, pensar a paisagem na sua dimensão política problematizando a desigualdade socioespacial, a questão da pobreza, e a ausência de paisagens em certas áreas que se encontram profundamente alteradas.

Entendendo a paisagem como um dos conceitos que permitem melhor compreender o espaço geográfico e sendo este espaço composto por elementos socionaturais em que a sociedade atua em busca da sobrevivência, nele estão expressas as desigualdades.

Por tanto, no capítulo I dialogamos com alguns teóricos que discutem o conceito de paisagem que nos levaram à compreensão de que sua análise permite tanto a objetividade quanto as subjetividades contribuindo sobremaneira para uma interpretação mais flexível dos elementos que a envolvem. Neste sentido, entendemos que a paisagem se apresenta como uma categoria fundamental para a compreensão das desigualdades e suas manifestações no espaço, originando assim nosso segundo capítulo.

Neste sentido, compreendemos que apesar de vivermos em um país que detém uma extensa área territorial e possuir grandes riquezas, encontramos em sua extensão grandes desigualdades, e tal qual Lindo (2011), entendemos que existem possibilidades de superação mediante uma distribuição mais igualitária tanto das riquezas quanto de direitos mediante ações públicas.

Por tanto, entendemos que as desigualdades podem ser percebidas através de um olhar crítico sobre o espaço ou através da sistematização e análise de alguns dados sociais. Por tanto, compreendemos que a tomada de decisões do Estado exige que os governantes tenham conhecimento da realidade do território para assim saber onde e como atuar, momento em que consideramos que a Geografia pode colaborar através da sistematização e análise de dados estatísticos que envolvem as condições de vida da sociedade.

Compreendendo que a população urbana vem aumentando consideravelmente em decorrência da migração da população do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida e que nem sempre isto se concretiza, o espaço urbano reflete tais divergências.

Neste sentido, concordamos com Souza (2018, p. 381) que em suas pesquisas dialoga e reflete sobre a paisagem enquanto uma categoria política, argumentando em recente artigo

que a temática vem despertando o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, fato que o torna um conceito cada vez mais enriquecido, destacando que na Geografia seu estudo tem merecido destaque.

Entendendo que a paisagem se apresenta como o resultado da interação entre os elementos físicos e humanos em seus diferentes tempos, ressaltamos que a forma como a sociedade atualmente se apropria dos elementos da natureza merecem reflexões, pois segundo Besse (2014, p. 43-45) “[...] a paisagem pode ser definida como uma realidade material, espaço temporal, organizada em certo sentido, com a qual os seres humanos vão ter que se explicar”.

Ao olharmos para o espaço urbano da maioria das cidades iremos perceber que as desigualdades socioespaciais se evidenciam aos nossos olhos, pois conforme Besse (2014, p. 45) a paisagem não pode ser tratada apenas como uma representação mental ou cultural, pois é portadora de uma materialidade, permitindo assim sua investigação científica, ou seja, a paisagem pode ser analisada tanto pelo viés da ciência quanto pela experiência envolvendo os cinco sentidos.

Considerando as subjetividades, destacamos os argumentos de Souza (2018, p. 381) que busca estabelecer distinções entre a paisagem e o lugar, a fim de compreender o conteúdo político das relações sociais envolvidas, ressaltando que o lugar é o espaço para melhor se compreender a vida humana, enquanto a paisagem nem sempre a retrata, embora habitualmente ambos os conceitos sejam considerados sinônimos.

A concepção de uma paisagem sugere alguns critérios como a exterioridade e a abertura, pois não existem paisagens em lugares fechados, bem como a exterioridade exige a abertura do espaço para que nossos olhos encontrem no infinito do horizonte a terra e seu encontro com o céu. Não podemos conceber uma paisagem se ao olharmos pela janela, nos deparamos com uma parede de concreto de outra edificação vizinha (Souza, 2018, p. 382).

A paisagem evidencia as desigualdades socioespaciais através do solo que é mediado pela moeda e nem todos os indivíduos dispõem de uma renda para cessá-lo. Desta forma, são obrigados a ocupar áreas periféricas que pelo menos momentaneamente não interessa ao mercado imobiliário por se tratar de áreas de morro, beira de rio, sangões, etc., ficando expostos a todo o tipo de riscos, uma vez que a natureza continua desenvolvendo seus ciclos naturalmente e refletindo em desastres e ou catástrofes sociais.

Ressaltamos que os eventos naturais não atingem somente a periferia, mas que esta tende a ser diretamente atingida, pois dadas as precariedades das condições socioeconômicas, tem menos possibilidades de se proteger e defender.

Em vista disto, destacamos sobre a importância de atentarmos às subjetividades conforme sugere Besse (2014, p. 54-55), analisando e refletindo a respeito de novas possibilidades em relação ao uso e ocupação de espaço urbano, oportunizando assim novas paisagens.

Souza (2018, p. 389), uma vez estabelecidas as distinções “[...] pode-se elaborar as bases da unidade política que conecta a paisagem ao lugar e vice-versa”.

Sendo o território uma delimitação de área/terra, portadora de recursos e definida a partir de determinações políticas, pode-se dizer que nele se encontra a “[...] base das contradições e conflitos entre classes sociais, movimentos sociais, empreendimentos, facções e nações” (SOUZA, 2018, p. 389). Neste sentido, o autor entende que “[...] a paisagem e o lugar também podem comparecer no discurso da relação sociedade-natureza como bases políticas da organização da vida comum” (SOUZA, 2018, p. 389).

Sendo a determinação política de um território carregada de conflitos e enfrentamentos, evidencia-se uma significativa diferença para com a paisagem e o lugar, pois segundo Souza (2018, p. 390) “[...] a politização da paisagem e do lugar segue o percurso da compreensão sobre as relações de identidade (lugar) e de alteridade (paisagem).

Adentrando na questão do solo, Besse destaca que este é portador de uma espessura tanto material quanto simbólica, carregado de elementos históricos, pois “o solo não é uma simples superfície plana que se oferece à ação, mas confronta a ação a um conjunto mais ou menos denso de marcas, de pegadas, de dobras e de resistências que a ação deve levar em conta”. Semelhantes são os elementos que envolvem o território, embora este abranja a questão da escala envolvendo a ampliação e articulação, a organização dos diferentes espaços (urbano/rural), a complexidade das relações e organização nos seus diversos tempos e funções. (BESSE, 2014, p. 58)

Em se tratando do meio ambiente, lembra-nos o autor de que é neste momento particular que a paisagem é convocada a participar a fim de se encontrar soluções que envolvam a cidade e a ‘natureza’ devido às questões ecológicas e ambientais. (BESSE, 2014, p. 58-59)

Evidencia-se assim que a paisagem exerce uma função bem abrangente para o ordenamento do espaço, uma vez que “[...] a problemática paisagística consiste em pensar a

cidade a partir das suas relações e na sua integração com o solo, o território, o meio vivo”. (BESSE, 2014, p. 59)

Os resultados vão ao encontro de que a paisagem enquanto categoria de análise do espaço se apresenta como um conceito fundamental para a ciência Geográfica compreendendo as desigualdades socioeconômicas e suas manifestações espaciais. A proposta do trabalho foi refletir a partir de abordagens teórico-metodológicas que corroboraram para atingir os objetivos da pesquisa. Além disso, consideramos pertinente a continuidade das investigações no que tange às políticas do ordenamento urbano.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias Modesto de Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. p. 33-47.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: Exercícios de paisagem**. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 7-66.

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e política de assistência social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 23-88.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência**. São Paulo, 1995. p. 28-52. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SOUZA, Reginaldo José de. “Esfacela-se o cyborg”: a produção do espaço urbano entre sociedade/natureza, especulação fundiária, riscos e impactos socionaturais. *In*: CIRCUITO DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. **Anais**. Brasília, DF: Ipea, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_anaisdocircuito01.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SOUZA, Reginaldo José de. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. **Revista Geografar**, Curitiba, v.13, n.2, p.380-393, jul.-dez. 2018. Disponível em: <www.ser.ufpr.br/geografar ISSN: 1981-089X>. Acesso em 12 out. 2019.

SOUZA, Reginaldo José de. **Raia Divisória ou Raia Socioambiental?:** uma redefinição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP. 2015. x, 166 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123978>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SWYNGEDOUW, Erick. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e ‘urbanização-ciborgue’. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 99-120.

VERDUM, Roberto. Perceber e conhecer paisagem. *In* VERDUM, Roberto *et al.* (Org.). **Paisagem:** leituras, significados e transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p.15-22.

VITTE. Antônio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator** : Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v.6, n. 11, p. 71-78, 2007. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/58>>. Acesso em: 25 jun. 2019.